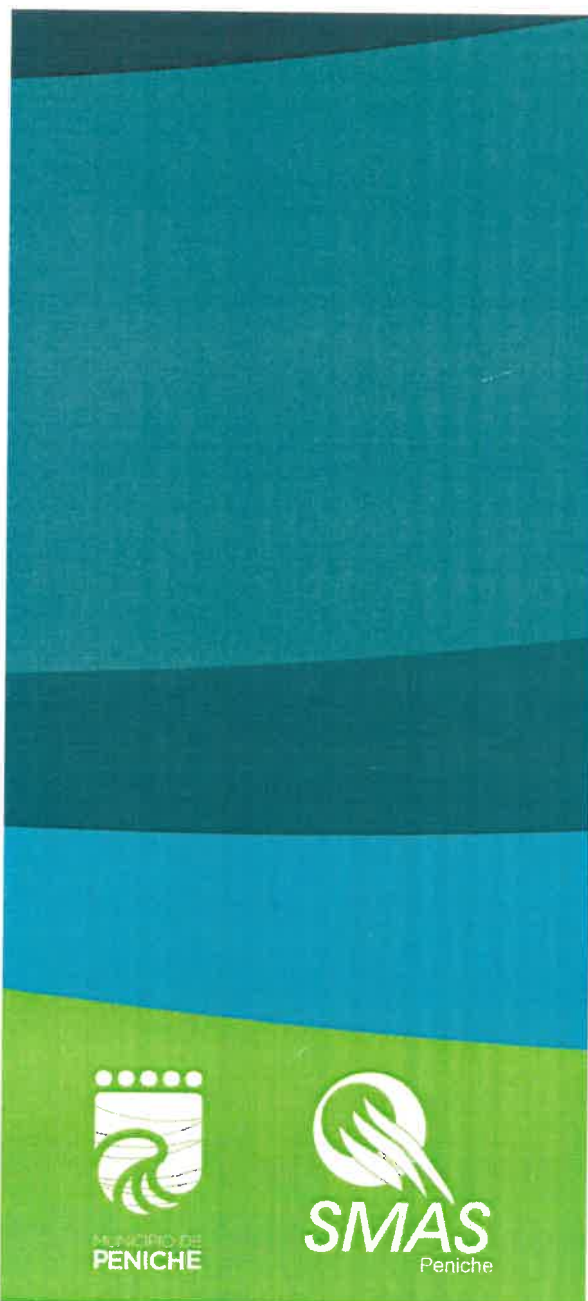


PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

ANO FINANCEIRO 2019



CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE

Presente e apreciado em reunião de

24/08/2020

Deliberação n.º 873/2020



MUNICÍPIO DE
PENICHE



SMAS
Peniche

Handwritten signatures in blue ink, including initials like AP, MM, CT, and a large signature.

BALANÇO CONSOLIDADO

ENTIDADE CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE E SMAS

Ano 2019

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N-1
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	60 000,00		60 000,00	60 000,00
452	Edifícios				
453	Outras construções e infra-estruturas	18 621 930,36	9 239 993,43	9 381 936,93	10 262 888,29
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	49 832,41	9 643,87	40 188,54	40 758,78
459	Outros bens de domínio público	464 562,28	244 461,80	220 100,48	241 478,79
445	Imobilizações em curso	1 373 682,82		1 373 682,82	230 280,03
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		20 570 007,87	9 494 099,10	11 075 908,77	10 835 405,89
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	802 641,42	770 431,56	32 209,86	41 895,47
433	Propriedade industrial e outros direitos	457 464,25	367 106,30	90 357,95	59 748,98
443	Imobilizações em curso	2 144 722,38		2 144 722,38	525 124,42
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		3 404 828,05	1 137 537,86	2 267 290,19	626 768,87
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	8 663 856,55		8 663 856,55	7 983 936,55
422	Edifícios e outras construções	52 568 393,49	31 073 970,88	21 494 422,61	22 227 502,31
423	Equipamento básico	12 966 952,76	11 615 540,66	1 351 412,10	1 372 911,03
424	Equipamento de transporte	3 141 288,57	2 551 520,08	589 768,49	557 631,04
425	Ferramentas e utensílios	412 154,63	395 043,58	17 111,05	23 600,43
426	Equipamento administrativo	1 700 565,19	1 633 466,39	67 098,80	76 283,37
427	Taras e vasilhame	1 463,73	1 463,73	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	3 530 125,09	2 721 500,83	808 624,26	604 218,04
442	Imobilizações em curso	4 849 166,22		4 849 166,22	3 420 777,43
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas				
		87 833 966,23	49 992 506,15	37 841 460,08	36 266 860,20
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	700 685,00		700 685,00	660 685,00
412	Obrigações e títulos de participação	506 920,50		506 920,50	506 920,50
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		1 207 605,50	0,00	1 207 605,50	1 167 605,50
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	792 081,21	18 724,79	773 356,42	754 451,86
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias	7 086,31		7 086,31	15 988,70
37	Adiantamentos por conta de compras				
		799 167,52	18 724,79	780 442,73	770 440,56

AP
ma

A. C.
70

	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos: (a)				
264	Administração Autárquica				
		0,00	0,00	0,00	0,00
282	Empréstimos concedidos de m/l prazo				
		0,00	0,00	0,00	0,00
214	Utentes M/L Prazo				
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes c/c	1 718,15		1 718,15	36 269,40
212	Contribuintes c/c	64 151,41		64 151,41	57 512,12
213	Utentes c/c	752 353,52		752 353,52	1 060 978,05
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	668 566,79	668 566,79	0,00	0,00
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos	106 750,40		106 750,40	87 185,54
262+263+ 267+268	Outros devedores	5 945 921,77		5 945 921,77	176 321,67
		7 539 462,04	668 566,79	6 870 895,25	1 418 266,78
264	Administração autárquica				
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Títulos negociáveis:				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	5 889 698,86		5 889 698,86	7 496 975,85
11	Caixa	2 121,82		2 121,82	3 542,12
		5 891 820,68		5 891 820,68	7 500 517,97
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	829 022,21		829 022,21	423 187,35
272	Custos diferidos	322 255,55		322 255,55	242 431,37
		1 151 277,76	0,00	1 151 277,76	665 618,72
	Total de amortizações :		60 624 143,11		
	Total de provisões :		687 291,58		
	Total do activo :	128 398 135,65	61 311 434,69	67 086 700,96	59 251 484,49

AP



CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N-1
	Fundos próprios:		
51	Património	28 197 749,43	26 354 909,75
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação	1 205 680,67	1 205 680,67
	Reservas:		
571	Reservas legais	1 022 742,11	925 750,55
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres	7 453 314,33	7 453 314,33
575	Subsídios		
576	Doações	112 247,20	96 999,95
577	Reservas decorrentes de transferências de activos		
59	Resultados transitados	517 686,45	109 926,32
88	Resultado líquido do exercício	740 781,08	1 939 831,24
		39 250 201,27	38 086 412,81
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos		
		0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
2312	Empréstimos de médio e longo prazos	4 212 964,15	4 424 941,07
2612	Fornecedores - Locação financeira	52 092,89	158 421,99
221	Fornecedores c/c		
268	Outros credores	264 105,04	402 938,33
		4 529 162,08	4 986 301,39
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores c/c	658 884,58	648 550,66
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	36 193,45	36 193,45
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	568 739,79	299 891,62
24	Estado e outros entes públicos	104 711,46	89 060,02
264	Administração autárquica		
262+263+267+268	Outros credores	297 916,90	369 541,40
222+2612+262	Garantias e Cauções		
2613+2626+217	Outros credores - Fundos caucionados	344 647,58	280 011,06
2312	Empréstimos de médio e longo prazos	788 748,46	757 649,00
2612	Fornecedores - Locação financeira	106 337,96	105 201,15
		2 906 180,18	2 586 098,36
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	1 645 446,38	1 279 860,49
274	Proveitos diferidos	18 755 711,05	12 312 811,44
		20 401 157,43	13 592 671,93
	Total do passivo :	27 836 499,69	21 165 071,68
	Total dos fundos próprios e do passivo :	67 086 700,96	59 251 484,49

ÓRGÃO EXECUTIVO
Em ___ de _____ de ____









ÓRGÃO DELIBERATIVO
Em ___ de _____ de ____

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

ENTIDADE CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE E SMAS

Ano 2019

Código de Contas		Exercício			
		N		N-1	
Custos e perdas					
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	1 127 676,81		1 058 361,16	
	Matérias	1 501 194,22	2 628 871,03	1 247 619,82	2 305 980,98
62	Fornecimentos e serviços externos:		6 472 985,30		5 677 385,24
Custos com o pessoal:					
641+642	Remunerações	6 746 782,05		6 109 901,83	
643 a 648	Encargos sociais	2 107 281,89	8 854 063,94	1 759 247,68	7 869 149,51
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		1 949 194,38		1 727 413,85
66	Amortizações do exercício		3 082 531,27		3 026 305,45
67	Provisões do exercício		138 617,17		33 515,91
65	Outros custos operacionais		397 871,56		289 873,76
	(A)		23 524 134,65		20 929 624,70
68	Custos e perdas financeiros		93 328,11		102 930,77
	(C)		23 617 462,76		21 032 555,47
69	Custos e perdas extraordinários		736 890,90		98 634,21
	(E)		24 354 353,66		21 131 189,68
88	Resultado líquido do exercício.....		740 781,08		1 939 831,24
			25 095 134,74		23 071 020,92
Proveitos e ganhos					
Vendas e prestações de serviços:					
7111	Venda de mercadorias	9 304,31		6 743,63	
7112+7113	Venda de produtos	2 125 610,61		1 900 496,13	
712	Prestações de serviços	7 743 430,41	9 878 345,33	7 181 833,90	9 089 073,66
72	Impostos e taxas		7 265 024,13		6 719 080,95
(a)	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade		536 001,45		365 411,79
73	Proveitos suplementares		67 498,68		61 376,51
74	Transferências e subsídios obtidos		6 216 667,60		5 691 694,60
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		11 098,80		11 098,80
	(B)		23 974 635,99		21 937 736,31
78	Proveitos e ganhos financeiros		6 536,90		22 310,64
	(D)		23 981 172,89		21 960 046,95
79	Proveitos extraordinários		1 113 961,85		1 110 973,97
	(F)		25 095 134,74		23 071 020,92
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)		450 501,34		1 008 111,61
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)		-86 791,21		-80 620,13
	Resultados Correntes: (D - C)		363 710,13		927 491,48
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)		740 781,08		1 939 831,24

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ____

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ____



FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

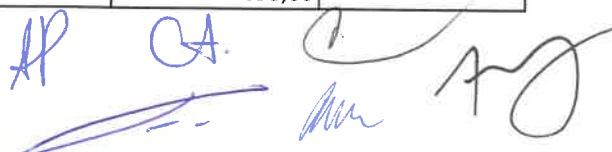
Entidade : CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE E SMAS

Ano : 2019




Período : JANEIRO A DEZEMBRO

Até à data de : 31/12/2019

RECEBIMENTOS		
Saldo da Gerência Anterior		7 513 674,29
Execução Orçamental		6 996 971,97
Operações de Tesouraria		516 702,32
Receitas Orçamentais		25 861 303,03
01	IMPOSTOS DIRECTOS	6 697 848,53
0102	OUTROS	6 697 848,53
010202	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	3 974 865,79
010203	IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	650 009,73
010204	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSAÇÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS	1 838 595,46
010205	DERRAMA	234 377,55
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	278 695,01
0202	OUTROS	278 695,01
020206	IMPOSTOS INDIRECTOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	278 695,01
02020602	LOTEAMENTO E OBRAS	108 476,41
02020603	OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA	49 515,55
02020605	PUBLICIDADE	12 163,40
02020699	Outros	108 539,65
0202069902	TAXA DE DEPÓSITO DA FICHA TÉCNICA DE HABITAÇÃO	1 266,48
0202069999	OUTROS	107 273,17
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	4 445 188,71
0401	TAXAS	4 377 973,20
040123	TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	4 377 973,20
04012302	LOTEAMENTO E OBRAS	67 158,60
04012303	OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA	41 732,96
04012306	SANEAMENTO	2 772 884,90
0401230602	TARIFA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	2 772 884,90
04012399	Outros	1 496 196,74
0401239901	TAXA DE DEPÓSITO DA FICHA TÉCNICA DE HABITAÇÃO	900,00
0401239901	TARIFA FIXA DE ÁGUA	1 277 253,29
0401239902	TRH-TAXA RECURSOS HIDRICOS	108 614,69
0401239905	TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS - TGR	81 275,09
0401239999	OUTROS	28 153,67
0402	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	67 215,51
040201	JUROS DE MORA	32 994,73
040202	JUROS COMPENSATÓRIOS	19 456,38
040204	COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA ORDENAÇÕES	5 328,96
040299	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	9 435,44
05	RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE	974 754,82
0502	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	5 813,36
050201	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	5 813,36
0510	RENDAS	968 941,46
051001	TERRENOS	337 710,02
051004	RENDAS EDIFÍCIOS	11 098,80



051099	OUTROS	620 132,64
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5 207 499,30
0602	SOCIEDADES FINANCEIRAS	21 311,81
060202	COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	21 311,81
0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	5 186 187,49
060301	ESTADO	4 563 302,00
06030101	FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO	3 226 359,00
06030102	FUNDO SOCIAL MUNICIPAL	468 929,00
06030103	PARTICIPAÇÃO FIXA NO IRS	868 014,00
060306	ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS	41 321,77
060307	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	568 822,54
060309	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS- SUBSISTEMA DE PROTECÇÃO À FAMÍLIA	12 741,18
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	5 077 830,52
0701	VENDA DE BENS	2 293 904,89
070103	PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS	672,20
070106	PRODUTOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS	57 081,00
070107	PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS	32,19
070108	MERCADORIAS	2 226 709,29
07010801	ÁGUA	2 188 226,67
07010802	ÁGUA	217,37
07010803	ELETRICIDADE	36 931,37
07010805	GASÓLEO	0,00
07010899	OUTROS	1 333,88
070199	OUTROS	9 410,21
0702	SERVIÇOS	2 340 886,89
070201	ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	7 152,67
070208	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTO	379 490,01
07020801	SERVIÇOS SOCIAIS	92 966,94
07020802	SERVIÇOS RECREATIVOS	32 884,00
0702080299	OUTROS	32 884,00
07020804	SERVIÇOS DESPORTIVOS	253 639,07
070209	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	1 952 300,55
07020902	RESÍDUOS SÓLIDOS	1 136 386,86
07020903	TRANSPORTES COLECTIVOS DE PESSOAS E MERCADORIAS	9 607,12
0702090302	TRANSPORTES ESCOLARES	1 288,00
0702090303	TRANSPORTES DE PESSOAS E MERCADORIAS	8 319,12
07020904	TRABALHOS POR CONTA DE PARTICULARES	36,90
07020905	CEMITÉRIOS	57 601,99
07020906	MERCADOS E FEIRAS	86 063,52
07020908	PARQUES DE CAMPISMO	648 499,37
07020999	OUTROS	14 104,79
0702099902	ÁGUA - TAXA DE RESTABELECIMENTO	2 668,41
0702099908	SANEAMENTO - SERVIÇOS DIVERSOS	10 186,48
070299	OUTROS	1 943,66
0703	RENDAS	443 038,74
070301	HABITAÇÕES	145 030,37
070302	EDIFÍCIOS	127 273,35
070399	OUTRAS	170 735,02
07039901	ÁGUA - ALUGUER DE CONTADOR	1 159,00
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	71 342,52
0801	OUTRAS	71 342,52
080199	OUTRAS	71 342,52

08019901	INDEMNIZAÇÕES POR DETERIORAÇÃO, ROUBO E EXTRAVIO DE BENS PATRIMONIAIS	106,67	
08019902	INDEMNIZAÇÕES DE ESTRAGOS PROVOCADOS POR OUTRÉM EM VIATURAS	517,73	
08019999	DIVERSOS	70 718,12	
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	6 805,00	
0901	TERRENOS	6 805,00	
090110	FAMÍLIAS	6 805,00	
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2 486 299,01	
1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	2 312 543,32	
100301	ESTADO	720 383,00	
10030101	FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO	364 560,00	
10030105	ART. 35.º, N.º 3 DA LEI N.º 73/2013	355 823,00	
100307	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	1 536 160,32	
100308	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	56 000,00	
1005	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	113 339,51	
100501	CONTINENTE	113 339,51	
10050101	MUNICÍPIOS	113 339,51	
1007	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	43 850,00	
100701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	43 850,00	
1008	FAMÍLIAS	16 566,18	
100801	FAMÍLIAS	16 566,18	
12	PASSIVOS FINANCEIROS	604 407,23	
1206	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	604 407,23	
120602	SOCIEDADES FINANCEIRAS	604 407,23	
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	10 632,38	
1501	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	10 632,38	
150101	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	10 632,38	
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES		22 753 159,41	
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL		3 097 511,24	
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS		10 632,38	
Operações de Tesouraria			1 813 280,07
TOTAL			35 188 257,39

PAGAMENTOS			
Despesas Orçamentais			27 536 127,79
01	DESPESAS COM O PESSOAL	8 675 864,25	
0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	6 336 315,17	
010101	TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS	118 747,72	
010104	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL	4 318 904,10	
01010401	PESSOAL EM FUNÇÕES	3 886 661,61	
01010402	ALTERAÇÕES OBRIGATÓRIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO	45 239,31	
01010404	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO	387 003,18	
010106	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	254 085,88	
01010601	PESSOAL EM FUNÇÕES	222 867,00	
01010604	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO	31 218,88	
010107	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA	135 962,27	
010108	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	5 478,76	
010109	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	62 847,73	
010111	REPRESENTAÇÃO	35 052,96	
010113	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	482 734,05	
01011301	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO - P. QUADROS	82 330,20	
0101130102	CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO	82 330,20	
010114	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL	806 668,03	
01011401	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL - P. QUADROS	139 534,11	
0101140101	CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO	139 534,11	
010115	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE	115 833,67	
0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	411 574,98	
010202	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	294 795,89	
01020201	CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO	96 871,81	
010204	AJUDAS DE CUSTO	18 554,22	
010205	ABONO PARA FALHAS	17 763,43	
010210	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOCTURNO	30 275,62	
010211	SUBSÍDIO DE TURNO	15 704,52	
01021101	CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO	15 704,52	
010212	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	3 850,02	
010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS	30 631,28	
01021303	SENHAS DE PRESENÇA	30 631,28	
0103	SEGURANÇA SOCIAL	1 927 974,10	
010301	ENCARGOS COM A SAÚDE	378 325,14	
010302	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE	23 051,82	
010303	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	23 267,42	
010304	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	5 490,84	
010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	1 430 439,21	
01030501	ASSISTÊNCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	191,25	
01030502	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO	1 430 247,96	
0103050201	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	745 006,84	
0103050202	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL	685 241,12	
010309	SEGUROS	66 531,17	
01030901	SEGUROS DE ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	66 531,17	
010310	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	868,50	
01031001	EVENTUALIDADE MATERNIDADE, PATERNIDADE E ADOÇÃO	868,50	
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	8 918 525,52	


0201	AQUISIÇÃO DE BENS	2 948 510,87	
020101	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS	492 227,54	
02010101	MATÉRIAS-PRIMAS	155 617,48	
02010103	MATERIAIS DIVERSOS	109 949,02	
020102	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	471 009,57	
02010201	GASOLINA	20 913,43	
02010202	GASÓLEO	381 984,31	
02010299	OUTROS	68 111,83	
020103	MUNIÇÕES, EXPLOSIVOS E ARTIFÍCIOS	4 715,87	
020104	LIMPEZA E HIGIENE	84 824,97	
020105	ALIMENTAÇÃO - REFEIÇÕES CONFECCIONADAS	239 403,62	
020107	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	44 381,14	
020108	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	32 667,62	
020109	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	15 010,90	
020110	PRODUTOS VENDIDOS NAS FARMÁCIAS	72,87	
020111	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO	2 434,04	
020112	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS	52 304,13	
020113	MATERIAL DE CONSUMO HOTELEIRO	1 634,14	
020114	OUTRO MATERIAL- PEÇAS	49 530,00	
020115	PRÊMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	63 379,85	
020116	MERCADORIAS PARA VENDA	1 184 664,27	
02011601	MERCADORIAS PARA VENDA - ÁGUA	1 179 195,49	
02011603	OUTROS	5 468,78	
020117	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	24 612,42	
020118	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	730,65	
020119	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	240,76	
020120	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	6 203,14	
020121	OUTROS BENS	178 463,37	
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	5 970 014,65	
020201	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	806 128,48	
02020101	ELETRICIDADE	535 123,23	
020202	LIMPEZA E HIGIENE	520 542,31	
020203	CONSERVAÇÃO DE BENS	253 886,30	
020204	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	63 961,40	
020208	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	189 504,35	
020209	COMUNICAÇÕES	215 220,29	
020210	TRANSPORTES	245 081,42	
02021001	TRANSPORTES ESCOLARES	140 023,07	
02021002	OUTROS	105 058,35	
020211	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	600,00	
020212	SEGUROS	120 392,16	
020213	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	182,00	
020214	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	40 700,60	
020215	FORMAÇÃO	13 573,93	
020216	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	159,73	
020217	PUBLICIDADE	82 263,77	
020218	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	62 423,31	
020219	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	34 906,49	
020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	1 464 698,46	
020224	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	224 175,01	
020225	OUTROS SERVIÇOS	1 631 614,64	
02022501	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	465 775,52	
02022502	OUTROS	1 145 482,82	

AP *[assinatura]* *[assinatura]* *[assinatura]*

03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	83 966,03
0301	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA	81 362,37
030103	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇ	30 377,85
03010302	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	30 377,85
030105	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- ESTADO	46 017,53
03010502	EMPRESTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO	46 017,53
030106	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	4 966,99
03010602	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	4 966,99
0302	OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA	104,90
030201	DESPESAS DIVERSAS	104,90
0303	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA	2 313,58
030305	MATERIAL DE TRANSPORTE	1 828,72
030307	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	484,86
0305	OUTROS JUROS	185,18
030502	OUTROS	185,18
03050202	JUROS DE MORA	185,18
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1 943 831,59
0403	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	32 787,73
040301	ESTADO	32 787,73
0405	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	851 322,19
040501	CONTINENTE	851 322,19
04050102	FREGUESIAS	623 122,67
04050104	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	169 103,19
04050108	OUTROS	10 160,00
0407	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	709 626,03
040701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	709 626,03
0408	FAMÍLIAS	350 095,64
040802	OUTRAS	350 095,64
04080201	PROGRAMAS OCUPACIONAIS	280 576,06
04080202	OUTRAS	69 519,58
05	SUBSÍDIOS	1 800,00
0501	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	1 800,00
050103	PRIVADAS	1 800,00
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	518 269,83
0602	DIVERSAS	518 269,83
060201	IMPOSTOS E TAXAS	402 401,47
06020101	IMPOSTOS E TAXAS PAGOS PELA AUTARQUIA	236 848,47
0602010101	TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS - TGR	88 833,58
0602010102	TRH	148 014,89
06020102	RESTITUIÇÕES DE IMPOSTOS OU TAXAS COBRADOS	165 553,00
060203	OUTRAS	115 868,36
06020301	RESTITUIÇÕES	10 285,49
06020302	IVA PAGO	74 514,94
06020304	SERVIÇOS BANCÁRIOS	15 554,43
06020305	DIVERSAS	15 513,50
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	6 254 166,85
0701	INVESTIMENTOS	5 355 999,26
070101	TERRENOS	301 000,00
070102	HABITAÇÕES	18 548,30
07010203	REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO	18 548,30
070103	EDIFÍCIOS	1 422 136,88
07010301	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS	44 782,46

AP
A. F. J. M.

07010302	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	22 486,19
07010305	ESCOLAS	1 345 156,11
07010307	OUTROS	9 712,12
070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	1 998 019,29
07010401	VIADUTOS, ARRUMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES	636 835,28
07010402	SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	76 976,36
07010403	ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	1 051 516,43
07010404	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	41 518,55
07010406	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	14 784,60
07010407	CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	44 289,43
07010409	SINALIZAÇÃO E TRÂNSITO	52 985,69
07010410	INFRAESTRUTURAS PARA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA	2 037,34
07010411	INFRAESTRUTURAS PARA TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	3 421,37
07010413	OUTROS	73 654,24
070106	MATERIAL DE TRANSPORTE	177 274,31
07010601	RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	5 143,27
07010602	OUTRO	172 131,04
070107	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	54 597,30
070108	SOFTWARE INFORMÁTICO	122 493,77
070109	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	41 540,76
070110	EQUIPAMENTO BÁSICO	835 010,60
07011001	EQUIPAMENTO DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	158 512,01
07011002	OUTRO	676 498,59
070111	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	23 305,33
070113	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS	107 497,48
070115	OUTROS INVESTIMENTOS	254 575,24
0702	LOCAÇÃO FINANCEIRA	105 192,29
070205	MATERIAL DE TRANSPORTE- LOCAÇÃO FINANCEIRA	85 227,43
070207	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO - LOCAÇÃO FINANCEIRA	19 964,86
0703	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	792 975,30
070303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	787 275,47
07030301	VIADUTOS, ARRUMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES	648 934,70
07030313	OUTROS	138 340,77
070305	BENS DE PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	5 699,83
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	243 764,27
0805	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	33 618,88
080501	CONTINENTE	33 618,88
08050102	FREGUESIAS	23 738,50
08050104	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	9 880,38
0807	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	210 145,39
080701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	210 145,39
09	ACTIVOS FINANCEIROS	96 324,50
0907	AÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES	40 000,00
090711	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	40 000,00
0908	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	56 324,50
090802	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PÚBLICAS	56 324,50
10	PASSIVOS FINANCEIROS	785 284,69
1006	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	785 284,69
100603	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	540 075,41
100605	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- ESTADO	235 315,78
100606	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	9 893,50

AP


11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	14 330,26	
1102	DIVERSAS	14 330,26	
110299	OUTRAS	14 330,26	
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES		20 142 257,22	
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL		7 393 870,57	
Operações de Tesouraria			1 760 308,92
Saldo para a Gerência Seguinte			5 891 820,68
Execução Orçamental		5 322 147,21	
Operações de Tesouraria		569 673,47	
TOTAL			35 188 257,39

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ___

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ___

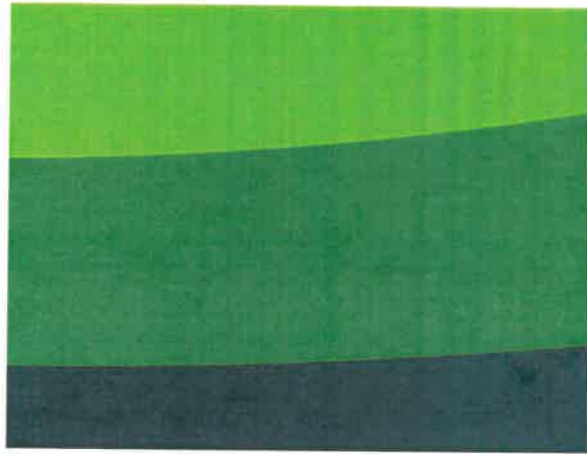
FJ

mm

Q

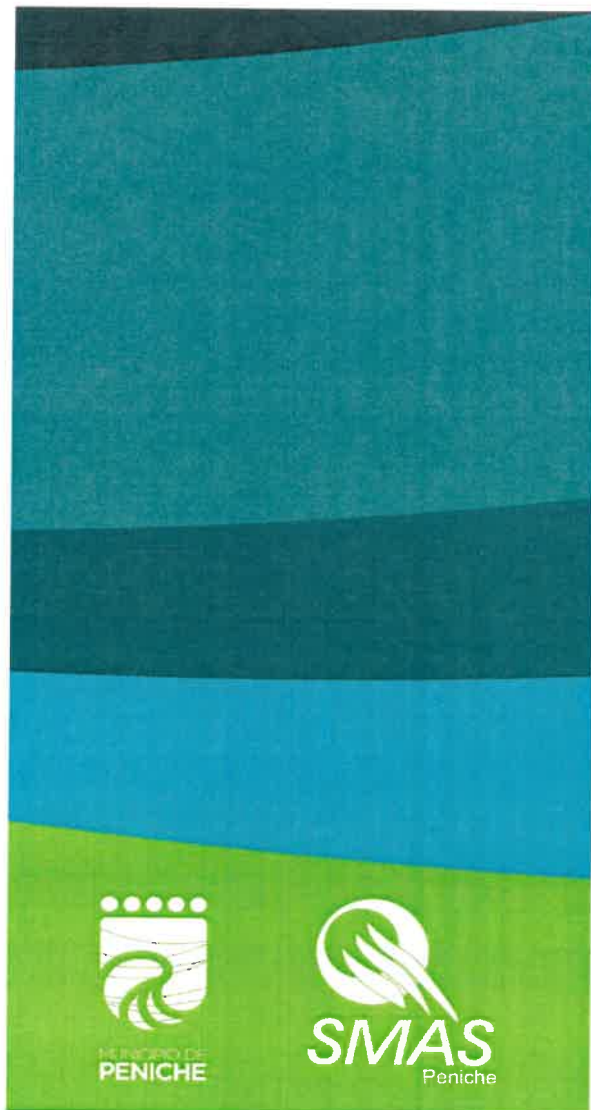
AP

ct.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

ANO FINANCEIRO 2019



Handwritten signatures in blue ink:
A. C.
A. M.
70

Município de Peniche e SMAS Peniche

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

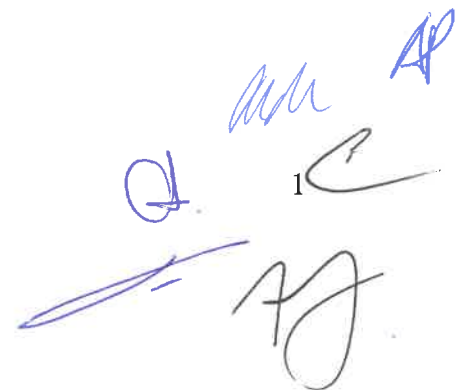
Introdução

O Município de Peniche apresenta as demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, relativas ao exercício de 2019, reportado a 31 de dezembro.

As demonstrações financeiras consolidadas foram efetuadas segundo as normas previstas na Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, a qual aprova a orientação n.º 1/2010, que estabelece um conjunto de princípios que devem estar subjacentes à consolidação de contas.

Foi utilizada a sugestão de um Modelo de estrutura do anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados publicado pelo SATAPOCAL.

No presente Anexo são incluídas informações sobre o Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa Consolidados, bem como informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e mapa de endividamento de médio e longo prazo, conforme exigido no n.º 7 do art.º 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais).



1) Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

a) Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Denominação	NIF	Sede	Motivos da inclusão	Obs.
Município de Peniche	506812820	Largo do Município 2520-239 Peniche	N.º 1 do art. 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro; Ponto 5.3 da orientação n.º 1/2010, publicada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho	Entidade Mãe
Serviços Municipalizados de Peniche	680019600	Rua 13 da Infanteria, n.º 19 2520-256 Peniche	N.º 1 do art. 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro; Ponto 5.3 da orientação n.º 1/2010, publicada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho	Serviços Municipalizados – Entidade controlada

Trabalhadores ao serviço por categoria em 31/12/2019

Categoria	N.º Trabalhadores	
	Município	SMAS
Dirigentes Intermédios	4	1
Técnicos Superiores	90	8
Assistentes Técnicos	54	10
Assistentes Operacionais	250	64
Informática	2	-
Outros	6	-

Na categoria "Outros" estão incluídos 2 Fiscais Municipais, 1 Chefe de Gabinete, 1 Adjunta e 2 Secretárias do GAP

Handwritten signatures and initials in blue ink:
 CA. *hcu* AP
 20
 FJ

b) Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação

Denominação	NIF	Sede	Detenção Capital	Motivos da exclusão
Associação Nacional de Municípios Portugueses - ANMP	501627413	Av. Marnoco e Sousa, 52 3004-511 Coimbra	0,319%	Entidade Associativa Municipal – Participação do Município inferior a 100%
Associação de Fins Específicos – AMO Mais	506922332	Av. General Pedro Cardoso, n.º 9 2500-922 Caldas da Rainha	7,14%	Entidade Associativa Municipal – Participação do Município inferior a 100%
Comunidade Intermunicipal do Oeste - OesteCIM	502266694	Av. General Pedro Cardoso, n.º 9 2500-922 Caldas da Rainha	6,88%	Entidade Associativa Municipal – Participação do Município inferior a 100%

2) Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

Não aplicável.

3) Informações relativas aos procedimentos de consolidação

No processo de consolidação foi utilizado o método da simples agregação.

Este método consiste na soma algébrica do balanço, da demonstração de resultados e dos fluxos de caixa dos SMAS, procedendo-se à eliminação dos saldos, transações, transferências e subsídios e dos resultados incorporados em ativos relativos a operações entre estes e o Município.

Q. M. AP
[Handwritten signature]

4) Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos

a) Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazos

Designação das contas	Dívidas a terceiros de médio/longo prazos			Eliminação de créditos/dívidas recíprocos	Grupo público consolidado
	Município de Peniche	SMAS Peniche	Total		
1	2	3	4=2+3	5	6=4-5
Empréstimos de médio e longo prazo	4.212.964,15	-	4.212.964,15		4.212.964,15
Fornecedores – Locação financeira	52.092,89	-	52.092,89		52.092,89
Outros credores	264.105,04	-	264.105,04		264.105,04
Total	4.529.162,08	-	4.529.162,08	-	4.529.162,08

b) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no Balanço Consolidado que se vencem nos quatro anos seguintes à data do balanço

Rubrica Patrimonial/ Entidade Credora	Total consolidado
Empréstimos de médio e longo prazo	2.668.873,89
Caixa Geral de Depósitos	138.643,53
IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana	39.574,00
Novo Banco	96.838,27
Banco Português de Investimento	1.130.253,25
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche	139.913,69
Santander Totta	79.601,73
Montepio	102.786,30
Direção Geral do Tesouro	941.263,12
Fornecedores c/c	658.884,58
Fornecedores – Locação financeira	158.430,85
Santander Totta	158.430,85
Fornecedores de imobilizado c/c	568.739,79
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	36.193,45
Estado e outros entes públicos	104.711,46
Administração autárquica	0,00
Outros credores	837.520,60
Total	5.033.354,62

MM AP
CA. P
5
FJ

5) Informações sobre saldos e fluxos financeiros

O mapa de Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público consta no mapa anexo “SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS ENTRE AS ENTIDADES DO GRUPO PÚBLICO”.

6) Informações relativas a compromissos

Todos os compromissos assumidos figuram no Balanço Consolidado.

7) Informações relativas a políticas contabilísticas

a) Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações e provisões

O ativo imobilizado foi valorizado ao custo de aquisição e parte ao custo de produção, sendo que se considera como custo de aquisição de um ativo a soma do respectivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual, e considera-se como custo de produção de um bem a soma dos custos das matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para o produzir.

As existências foram valorizadas ao custo de aquisição. O método de custeio das saídas de armazém utilizado foi o custo médio ponderado.

O método utilizado para o cálculo das amortizações do exercício foi o das quotas constantes.

A quota anual de amortização determinou-se aplicando aos montantes dos elementos do ativo imobilizado em funcionamento as taxas de amortização definidas na Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.

MM AP
6
70

Nos SMAS as imobilizações em uso anteriores a 2002 foram amortizadas pelo regime constante no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de janeiro, considerando a regra excepcional criada na Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, que instituiu o CIBE, na qual os SMAS se enquadram, já que dispunham, nos anos anteriores à implementação do POCAL, de um plano de contabilidade de natureza patrimonial.

Para constituição de provisões para cobranças duvidosas, consideraram-se as dívidas de terceiros em mora há mais de seis meses.

O montante anual de provisões para cobranças duvidosas foi determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100 % para dívidas em mora há mais de 12 meses.

Estão constituídas provisões para fazer face à depreciação de existências em obediência ao Princípio Contabilístico da Prudência.

8) Informações relativas a determinadas rubricas

a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento»

Não existem movimentos na rubrica «despesas de instalação».

Na rubrica «despesas de investigação e de desenvolvimento», estão contabilizados os projectos referentes à obtenção de novos conhecimentos técnicos, nomeadamente na área da Cartografia e Urbanização e um projeto de execução da rede de drenagem dos Bolhos.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the letters 'QA', 'AP', and '77'.

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, ajustamentos e provisões

Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, ajustamentos e provisões constam nos mapas anexos “MAPA A - Ativo Bruto” e “MAPA B - Amortizações e Provisões”.

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades, apresentadas nos Fluxos de Caixa Consolidados

Descrição	Valor Consolidado
Vendas	2.293.904,89
Publicações e impressos	672,20
Produtos agrícolas e pecuários	57.081,00
Produtos alimentares e bebidas	32,19
Mercadorias	2.226.709,29
Outros	9.410,21
Prestações de Serviços	2.340.886,89
Aluguer de espaços e equipamentos	7.152,67
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	379.490,01
Serviços específicos das autarquias	1.952.300,55
Outros	1.943,66
Total	4.634.791,78

CA. Udkh AP
8
77

- m) Indicação global das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial**

Entidade	Remunerações	
	Órgão Executivo	Órgão de Fiscalização
Município de Peniche	135.024,88	14.354,12
SMAS Peniche	-	-
Total	135.024,88	14.354,12

O órgão executivo do Município é a Câmara Municipal.

O órgão de fiscalização das entidades mencionadas é a Assembleia Municipal, sendo o processamento e pagamento das suas remunerações efetuado pelo Município.

- q) Demonstração consolidada dos resultados financeiros**

A demonstração consolidada dos resultados financeiros, consta no mapa anexo “DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS CONSOLIDADA”.

- r) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários**

A demonstração consolidada dos resultados extraordinários, consta no mapa anexo “DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS CONSOLIDADA”.

- s) Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício**

As contas de provisões e os movimentos ocorridos no exercício constam do mapa anexo “PROVISÕES ACUMULADAS”.



t) Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respectivos valores contabilísticos

Os bens utilizados em regime de locação financeira constam no mapa anexo “BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA”.

9) Informações diversas

b) Outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação




Foi eliminada uma dívida do Município aos SMAS, no valor de 56.323,69€, contabilizada apenas pelos SMAS e da qual o Município não tem qualquer conhecimento.

Foi um valor inserido pelos SMAS no ano de 1994, aquando da adoção da contabilidade organizada.

Esta dívida terá de ser alvo de uma avaliação por parte das duas entidades para posterior decisão sobre o seu registo contabilístico ou sobre a sua anulação.

Passivo Contingente – A 15 de abril de 2009 foi intentada uma ação administrativa (TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE LEIRIA – PROC. N.º 867/09.7BELSB – 1.ª U.O.) pelo município da Lourinhã, no qual o Município da Lourinhã solicita a condenação do Município de Peniche no cumprimento de um Protocolo de 20 de Março de 1984 que tinha por objeto a captação de água nos furos do Paço para abastecimento de Peniche e de duas povoações da Lourinhã, denominadas por Paço e Pena Seca.

A 24 de maio de 2016, o Tribunal proferiu um despacho (saneador) conhecendo das exceções dilatórias e nulidades processuais suscitadas pelas partes e um despacho identificando o objeto do litígio e enunciando os temas da prova, no qual as

CA. 
10 


Partes foram convidadas a alterar os respetivos requerimentos de prova, com base nos quais se deverá processar a fase de instrução do processo, que deverá incluir a realização das diligências identificadas no documento síntese, em anexo, da Sérvulo & Associados - Sociedade de Advogados, RL.

A 2 de fevereiro de 2019, por despacho, o Tribunal fixou o objeto da perícia a realizar. A perícia já foi realizada, correndo prazo para pedir esclarecimentos. Posteriormente terá lugar o remanescente da instrução do julgamento.

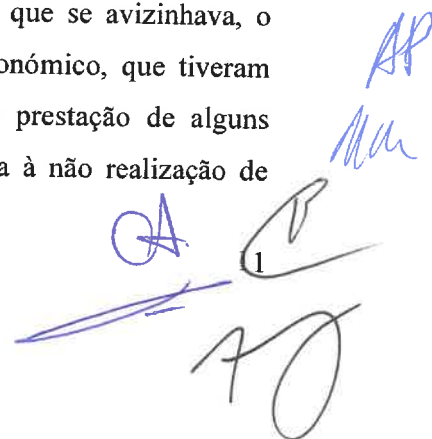
Resulta do processo judicial que o Município da Lourinhã pretende que o Município de Peniche lhe forneça 9,7 Milhões de metros cúbicos de água ou o pagamento de 2,6 Milhões de euros. O Município não reconhece esta obrigação. Neste sentido entendemos não ser necessário criar qualquer provisão dado que não existe uma estimativa fiável do valor a liquidar ao Município da Lourinhã, na eventualidade de condenação em tribunal.

Acontecimentos Subsequentes:

“Pandemia COVID-19”

Considerando, que esta situação excecional que se vive e a proliferação de casos registados de contágio COVID-19 exigiu a aplicação de medidas extraordinárias e de carácter urgente de restrição de direitos e liberdades, em especial no que respeita aos direitos de circulação e às liberdades económicas, em articulação com as autoridades europeias, com vista a prevenir a transmissão do vírus, foi decretado, a 18 de março de 2020, o estado de emergência em Portugal, através do Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março.

De forma a minorar os efeitos que advêm da crise económica que se avizinhava, o Município desenvolveu algumas medidas de apoio social e económico, que tiveram como consequência quer a diminuição da receita associada à prestação de alguns serviços Municipais, bem como a redução da despesa associada à não realização de



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'AP', 'ma', and a large signature.

alguns eventos de caráter desportivo e cultural, cujo impacto será notório nas contas de 2020.

CA.  
12

ANEXOS

mm *AP's*
13
OT

SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS ENTRE AS ENTIDADES DO GRUPO PÚBLICO

Ano: 2019
(unidade: euro)

Município de Peniche		MUNICÍPIO DE PENICHE / SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS										
		Obrigações / Pagamentos					Direitos / Recebimentos					
Tipo de fluxos	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final	
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)		
Transferências					0,00						0,00	
Subsídios					0,00						0,00	
Empréstimos					0,00						0,00	
Relações Comerciais	42 688,16	217 382,89		166 589,20	93 481,85	10 395,92	64 690,55		75 086,47		0,00	
Participações do capital em numérico					0,00						0,00	
Participação do capital em espécie					0,00						0,00	
Outros					0,00						0,00	
Total	42 688,16	217 382,89		166 589,20	93 481,85	10 395,92	64 690,55	0,00	75 086,47		0,00	

Município de Peniche		SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS / MUNICÍPIO DE PENICHE										
		Obrigações / Pagamentos					Direitos / Recebimentos					
Tipo de fluxos	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final	
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)		
Transferências					0,00						0,00	
Subsídios					0,00						0,00	
Empréstimos					0,00						0,00	
Relações Comerciais		64 690,55		64 690,55	0,00	42 688,16	217 382,89		166 589,20		93 481,85	
Participações do capital em numérico					0,00						0,00	
Participação do capital em espécie					0,00						0,00	
Outros					0,00						0,00	
Total	0,00	64 690,55		64 690,55	0,00	42 688,16	217 382,89	0,00	166 589,20		93 481,85	

MUNICÍPIO DE PENICHE E SMAS

ANO 2019

EURO

MAPA A- Ativo Bruto						
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliações/a justamento	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO						
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	60 000,00					60 000,00
EDIFÍCIOS						
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	18 614 609,93		7 320,43			18 621 930,36
BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	49 832,41					49 832,41
OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	464 562,28					464 562,28
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	230 280,03		1 150 723,22		7 320,43	1 373 682,82
ADIANTAMENTOS P/ CONTA DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO						
	19 419 284,65	0,00	1 158 043,65	0,00	7 320,43	20 570 007,87
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						
DESPESAS DE INSTALAÇÃO						
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO	787 793,02		14 848,40			802 641,42
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	361 812,80		95 651,45			457 464,25
OUTRAS						
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	525 124,42		1 619 597,96			2 144 722,38
ADIANTAMENTOS POR CONTA DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						
	1 674 730,24	0,00	1 730 097,81	0,00	0,00	3 404 828,05
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	7 983 936,55		710 070,00		30 150,00	8 663 856,55
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	52 002 732,37		565 661,12			52 568 393,49
EQUIPAMENTO BÁSICO	12 566 158,20		400 794,56			12 966 952,76
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	2 973 362,06		167 926,51			3 141 288,57
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	390 938,09		21 216,54			412 154,63
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	1 654 428,39		46 136,80			1 700 565,19
TARAS E VASILHAME	1 463,73					1 463,73
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	3 181 946,44		348 178,65			3 530 125,09
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	3 420 777,43		1 501 405,89		73 017,10	4 849 166,22
ADIANTAMENTOS P/ CONTA DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						
	84 175 743,26	0,00	3 761 390,07	0,00	103 167,10	87 833 966,23
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
PARTES CAPITAL	660 685,00		40 000,00			700 685,00
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	506 920,50					506 920,50
INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS						
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS						
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES						
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS						
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS						
TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA						
OUTROS TÍTULOS						
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO						0,00
ADIANTAMENTOS POR CONTA DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
	1 167 605,50	0,00	40 000,00	0,00	0,00	1 207 605,50
	106 437 363,65	0,00	6 689 531,53	0,00	110 487,53	113 016 407,65

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ___

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ___

MUNICÍPIO DE PENICHE E SMAS

2019
EUROS

MAPA B - Amortizações e Provisões				
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
EDIFÍCIOS				
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	8 351 721,64	888 271,79		9 239 993,43
BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	9 073,63	570,24		9 643,87
OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	223 083,49	21 378,31		244 461,80
	8 583 878,76	910 220,34	0,00	9 494 099,10
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
DESPESAS DE INSTALAÇÃO				
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO	745 897,55	24 534,01		770 431,56
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	302 063,82	65 042,48		367 106,30
OUTRAS				
	1 047 961,37	89 576,49	0,00	1 137 537,86
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	29 775 230,06	1 298 740,82		31 073 970,88
EQUIPAMENTO BÁSICO	11 193 247,17	422 293,49		11 615 540,66
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	2 415 731,02	135 789,06		2 551 520,08
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	367 337,66	27 705,92		395 043,58
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	1 578 145,02	55 321,37		1 633 466,39
TARAS E VASILHAME	1 463,73			1 463,73
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	2 577 728,40	143 772,43		2 721 500,83
	47 908 883,06	2 083 623,09	0,00	49 992 506,15
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
PARTES CAPITAL				
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO				
INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES				
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS				
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS				
TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA				
OUTROS TÍTULOS				
	0,00	0,00	0,00	0,00
	57 540 723,19	3 083 419,92	0,00	60 624 143,11

ÓRGÃO EXECUTIVO
Em ___ de _____ de ___

ÓRGÃO DELIBERATIVO
Em ___ de _____ de ___

[Handwritten signatures in blue ink]

CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE E SMAS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS CONSOLIDADA

ANO 2019

CÓDIGO DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		CÓDIGO DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
		N	N-1			N	N-1
681	JUROS SUPORTADOS	83 923,00	87 738,32	781	JUROS OBTIDOS	5 784,75	3 749,84
682	PERDAS EM ENTIDADES PARTICIPADAS			782	GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS		17 555,58
683	AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS			783	RENDIMENTOS DE IMÓVEIS		
684	PROVISÕES PARA APLICAÇÕES FINANCEIRAS			784	RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL		
685	DIFERENÇAS DE CÂMBIO DESFAVORÁVEIS			785	DIFERENÇAS DE CÂMBIO FAVORÁVEIS		
687	PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA			786	DESC. DE PRONTO PAGAMENTO OBTIDOS		
688	OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	9 405,11	15 192,45	787	GANHOS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA	752,15	1 005,22
	RESULTADOS FINANCEIROS	-86 791,21	-80 620,13	788	OUTROS PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS		
		6 536,90	22 310,64			6 536,90	22 310,64

ÓRGÃO EXECUTIVO
Em ___ de ___ de ___

[Handwritten signatures]

ÓRGÃO DELIBERATIVO
Em ___ de ___ de ___

CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE E SMAS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS CONSOLIDADA

ANO 2019

CÓDIGO DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	CÓDIGO DAS CONTAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
			N	N-1		N	N-1
691	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	791	71 129,38	59 798,70	RESTITUIÇÕES DE IMPOSTOS		
692	DÍVIDAS INCOBRÁVEIS	792	21 256,33	3 055,18	RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS		
693	PERDAS EM EXISTÊNCIAS	793	3 737,83		GANHOS EM EXISTÊNCIAS		2 226,68
694	PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES	794	30 150,00		GANHOS EM IMOBILIZAÇÕES	10 550,00	744,04
695	MULTAS E PENALIDADES	795	993,92	1 351,03	BENEFÍCIOS DE PENALIDADES CONTRATUAIS	45 875,83	48 894,73
696	AUMENTOS DE AMORTIZAÇÕES E DE PROVISÕES	796			REDUÇÕES DE AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	52 360,92	13 494,02
697	CORREÇÕES RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIORES	797	6 222,58	10 419,31	CORREÇÕES RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIORES	46 396,70	138 060,08
698	OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	798	3 143,68	12 015,58	OUTROS PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	958 535,24	907 295,32
699	OUTROS	799	600 257,18	11 994,41	OUTROS	243,16	259,10
	RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS		377 070,95	1 012 339,76		1 113 961,85	1 110 973,97

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

AR *AJ* *CA*

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de ____ de ____

mm

MUNICÍPIO DE PENICHE E SMAS

PROVISÕES ACUMULADAS

ANO 2019

Código das contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19				
Provisões para aplicações de tesouraria				
291	582 310,54	138 617,17	52 360,92	668 566,79
Provisões para cobranças duvidosas				
292				
Provisões para riscos e encargos				
39	18 724,79	0,00	0,00	18 724,79
Provisões para depreciação de existências				
49				
Provisões para investimentos financeiros				
Total	601 035,33	138 617,17	52 360,92	687 291,58

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em ___ de ___ de ___

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de ___ de ___

MUNICÍPIO DE PENICHE E SMAS

BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

ANO 2019

EURO

DESCRIÇÃO	VALOR INICIAL	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS ATÉ 31/12/2018	AMORTIZAÇÕES DO ANO	ABATES	OBS.	VALOR CONTABILÍSTICO EM 31/12/2019
3 FRACÇÕES AUTÓNOMAS (EDIFÍCIO ONDE FUNCIONAM VÁRIOS SERVIÇOS)	390 572,89	82 732,91	4 882,16			302 957,82
PRÉDIO URBANO SITO NA RUA 5 DE OUTUBRO, N.º18, SERRA D'EL REI	91 681,80	9 225,90	615,36			81 840,54
TRATOR AGRÍCOLA NEW HOLLAND T6020	39 958,54	33 315,62	3 465,90			3 177,02
VIATURA RENAULT FLUENCE EXCLUSIVE 1.6 DCI 130CV ECO2	23 501,91	13 464,65	2 937,72			7 099,54
VIATURA PESADA COM SUPERESTRUTURA DE COMPACTAÇÃO DE RSU, 10M3, VOLVO FL8250R	162 052,50	34 273,17	16 140,60			111 638,73
VIATURA VOLVO FL8250R. EQUIPADA COM CAIXA DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, 92-TJ-71	161 437,50	23 592,27	15 459,24			122 385,99
RETROESCAVADORA JCB, 3CXTED 91 HP T4 3SP	81 718,74	17 024,74	10 214,88			54 479,12
VIATURA 4X4 COM CABINE DUPLA, MITSUBISHI, L200, 2.4DI, 04-TB-84	32 533,50	5 422,26	3 253,32			23 857,92
TOTAIS	983 457,38	219 051,52	56 969,18			707 436,68

ÓRGÃO EXECUTIVO
Em ___ de _____ de ____

ÓRGÃO DELIBERATIVO
Em ___ de _____ de ____

Handwritten signatures and initials in blue ink:
 - A large signature resembling 'AJ' or 'AJM'.
 - A signature resembling 'Mw'.
 - A signature resembling 'A'.
 - A signature resembling 'AP'.
 - A signature resembling 'C'.

Sêrvulo & Associados | Sociedade de Advogados, RL

CAPTAÇÕES EFETUADAS NOS FUROS DO PAÇO

AÇÃO ADMINISTRATIVA INTENTADA PELO MUNICÍPIO DA LOURINHÃ

CONTRA O MUNICÍPIO DE PENICHE

(TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE LEIRIA – PROC. N.º 867/09.7BELSB – 1.ª U.O.)

DOCUMENTO SÍNTESE

1. A ação administrativa acima mencionada foi intentada pelo Município da Lourinhã mediante petição inicial apresentada em 15/04/2009, tendo-se seguido a respetiva fase dos articulados, incluindo a apresentação das seguintes peças:

- a) A contestação e reconvenção do Município de Peniche em 06/10/2009;
- b) A réplica do Município da Lourinhã em 22/11/2009;
- c) A tréplica do Município de Peniche em 07/12/2009.

2. Em 24/05/2016, o Tribunal proferiu um despacho (saneador) conhecendo das exceções dilatórias e nulidades processuais suscitadas pelas partes e um despacho identificando o objeto do litígio e enunciando os temas da prova.

3. Nesse seguimento, as Partes foram convidadas a alterar os respetivos requerimentos de prova, com base nos quais se deverá processar a fase de instrução do processo, que deverá incluir a realização das seguintes diligências:

- a) Produção de prova testemunhal (incluindo a inquirição de Jorge Manuel Gonçalves e António José Correia, anteriores Presidentes da Câmara Municipal de Peniche, Jorge Serafim Silva Abrantes, antigo administrador dos SMAS de Peniche, João Vilhena Raminhos, diretor

Sérvulo & Associados | Sociedade de Advogados, RL

dos SMAS de Peniche, Luiz Avelar, Alexandre Antunes e Pedro Fontes, antigos colaboradores da Águas do Oeste, Carlos Manuel da Cruz Lourenço e André Macedo, antigos membros do Conselho e Secretariado Executivo da Comunidade Intermunicipal do Oeste, Ana Cristina de Menezes Pereira Paes Sequeira Rodrigues, Presidente da mesa da Assembleia-Geral da ADP, S.A., Carlos Lopes Pereira e Jaime Melo, antigos membros do Conselho Diretivo da ERSAR e João Duarte Anastácio Carvalho, Presidente da Câmara Municipal da Lourinhã);

b) Perícia colegial (as partes já procederam à designação dos respetivos peritos, faltando o Tribunal proceder à designação do terceiro perito).

4. Com base nos articulados que foram sucessivamente apresentados, pode sumariar-se a posição de ambas as Partes nos termos seguidamente enunciados.

5. Posição do Município da Lourinhã

O Município da Lourinhã baseia as suas pretensões no protocolo celebrado com o Município de Peniche em 20 de Março de 1984 («Protocolo»), tendo por objeto a captação de água nos furos do Paço para abastecimento de Peniche e de duas povoações da Lourinhã, denominadas por Paço e Pena Seca.

Nos termos do Protocolo, o Município de Peniche obrigou-se *“a fornecer água ao concelho da Lourinhã, de acordo com as necessidades do concelho, pelo sistema agora instalado, logo que a futura barragem de Atouguia da Baleia se encontre em exploração, em condições a acordar futuramente, mas nunca em caudais inferiores aos agora acordados e sem qualquer contrapartida, das quais se excluem as condutas agora instaladas”*.

O Protocolo foi celebrado apenas pelo prazo de 5 anos (de 20 de Março de 1984 a 20 de Março de 1989), mas o Município da Lourinhã invoca que o mesmo acabou por ser prorrogado e produzir efeitos durante cerca de 23 anos, até ao ano de 2007.

AP

GA

2

AM

Sérvulo & Associados | Sociedade de Advogados, RL

Nessa base, o Município da Lourinhã solicita a condenação do Município de Peniche no cumprimento do Protocolo, peticionando, nesse sentido, o seguinte:

- a) A condenação do Município de Peniche ao fornecimento de água ao Município da Lourinhã num total de **9.671.040 m³**, correspondente ao volume total de água que o Município de Peniche teria captado através dos Furos do Paço, para seu único e exclusivo proveito, desde 1984 até 2007;
- b) Caso o Município de Peniche não possa fornecer o referido volume de água, a condenação do Município de Peniche ao pagamento da quantia de **€2.611.180,80**, correspondente ao valor do volume total de água acima indicado – 9.671.040 m³ –, valorado ao preço de €0,27 por m³.




Para a eventualidade de o Protocolo ser considerado originariamente ilegal/inválido ou não se dar por prorrogado a partir de 1989, o Município da Lourinhã formula o pedido referido em b) (condenação do Município de Peniche ao pagamento da quantia de €2.611.180,80), com fundamento em responsabilidade civil extracontratual ou em enriquecimento sem causa do Município de Peniche.

6. Posição do Município de Peniche

6.1. Em sede de contestação

Perante as pretensões deduzidas pelo Município da Lourinhã, o Município de Peniche começou por invocar as seguintes exceções ou questões prévias:

- a) Ilegalidade e invalidade originária do Protocolo;
- b) Inexistência ou, em qualquer caso, ilegalidade e invalidade da suposta prorrogação do Protocolo a partir de 20 de Março de 1989;
- c) Impossibilidade de cumprimento da obrigação estabelecida no Protocolo, no sentido do fornecimento de água ao Município da Lourinhã a partir da barragem de São Domingos;
- d) Prescrição dos direitos de indemnização/compensação fundados em responsabilidade civil extracontratual ou enriquecimento sem causa.

AP  3  

Sérvulo & Associados | Sociedade de Advogados, RL

Sem prejuízo, o Município de Peniche reconheceu ter efetuado captações a partir dos Furos do Paços entre 1984 e 2007, apontando para os seguintes valores:

Com base numa metodologia de cálculo que assenta nos dados relativos aos consumos de eletricidade dos equipamentos instalados nos furos do Paço (para efeitos de determinação dos valores totais de captação), conjugados com os dados populacionais e de consumo *per capita* disponíveis (para efeitos de determinação dos caudais afetos ao abastecimento das povoações da Lourinhã):

- a) No período de vigência do Protocolo (1984 a 1989, correspondente a 5 anos), terão sido captados, no máximo, 917.628 m³, dos quais 853.170 m³ foram utilizados para abastecimento do concelho de Peniche, correspondendo os remanescentes 64.458 m³ ao volume de água afeto ao abastecimento das povoações da Lourinhã (Paço e Pena Seca);
- b) No período compreendido entre 1984 e 2003 (correspondente a cerca de 20 anos), foi captado um caudal correspondente, no máximo, 2.968.042 m³, dos quais 2.719.424 m³ foram utilizados para abastecimento do concelho de Peniche e os remanescentes 248.618 m³ foram afetos ao abastecimento das povoações da Lourinhã (Paço e Pena Seca).

Com base nos dados extraídos da leitura dos contadores instalados nos furos do Paço, de onde decorre o valor total das captações efetuadas nesses furos e a respetiva destinação concreta (abastecimento do concelho de Peniche ou das povoações do concelho da Lourinhã denominadas por Paço e Pena Seca):

- a) No período compreendido entre 2004 e 2007, foi captado um caudal correspondente, no máximo, a 1.116.107 m³, dos quais 329.160 m³ foram utilizados para abastecimento do concelho de Peniche, correspondendo os remanescentes 786.947 m³ ao volume de água afeto ao abastecimento das povoações da Lourinhã (Paço e Pena Seca).

De onde se extrai, **em suma**, que, no período compreendido entre 1984 a 2007, foi captado um caudal correspondente, no máximo, a 4.084.149 m³, dos quais **3.048.584 m³ foram utilizados para abastecimento do concelho de Peniche** (em vez dos 9.671.040 m³ indicados pelo Município da Lourinhã na réplica) e 1.035.565 m³ foram consumidos pelas povoações da Lourinhã (Paço e Pena Seca).

Quanto à valorização do volume de água captado, o Município de Peniche:

- a) Deixou claro que **não conhece a origem e, sobretudo, o fundamento do preço unitário invocado pelo Município da Lourinhã (€0,27 por m³, que, aplicado ao volume de 3.048.584 m³, redundaria em €823.117,68)**;
- b) Referiu que esse preço unitário se revela excessivo e desproporcionado, sobretudo, tendo em consideração os termos que foram propostos pelo Município da Lourinhã em 1989 para a prorrogação do Protocolo e que não foram expressamente aceites pelo Município de Peniche (mediante ofício datado de 26 de Abril de 1989, a Câmara Municipal da Lourinhã propôs à Câmara Municipal de Peniche, como uma das condições à prorrogação do Protocolo, que o Município de Peniche passasse a pagar mensalmente ao Município da Lourinhã a água consumida, *“fixando-se o preço dessa água por m³ em 1/3 do valor normal da água fornecida a consumidores domésticos, escalão mínimo, pela Câmara Municipal de Peniche”*, de onde decorreria um preço unitário correspondente, no período de 1984 a 1989, a €0,05183 e, no período de 1984 a 2003, a €0,116);
- c) Não indicou, porém, qual o preço unitário que considera adequado.

6.2. Em sede de reconvenção

Simultaneamente com a respetiva contestação, o Município veio formular dois pedidos reconventionais contra o Município da Lourinhã, nos seguintes termos:

- a) **A título principal**, um pedido de condenação do Município da Lourinhã ao pagamento ao Município de Peniche dos custos suportados, entre

5

2004 e Agosto de 2009, no valor global de € 59.960,69, com a eletricidade consumida pelos equipamentos instalados nos furos do Paço para abastecimento de água às povoações do Paço e de Pena Seca;

- b) **A título subsidiário**, para o caso de o Tribunal vir a considerar que o Protocolo não só é válido, como produziu efeitos jurídicos durante o prazo de vinte e três anos (1984-2007), um pedido de condenação do Município da Lourinhã no pagamento dos custos suportados, entre 1984 e 2003, no montante de € 8.663,54, entre 2004 e 2007, no valor total de € 39.834,02, e entre 2008 e Agosto de 2009, no montante de € 20.126,67, com os consumos e manutenção dos equipamentos instalados nos furos do Paço para fins de abastecimento de água às povoações do Paço e de Pena Seca (o que perfaz, em suma, um valor global de €68.624,23).

7. Notas finais

Em face do exposto, importa sublinhar o seguinte:

- a) Quanto às **pretensões deduzidas pelo Município da Lourinhã**:
- i. Os valores apontados pelo Município de Peniche revelam um volume total de captações afetas ao concelho de Peniche muito inferior ao invocado pelo Município da Lourinhã: 3.048.584 m³ (em vez dos 9.671.040 m³ indicados pelo Município da Lourinhã);
 - ii. O Município de Peniche não adiantou qual o preço unitário que considera adequado para a valorização das referidas captações;
 - iii. Na eventualidade de o Protocolo ser considerado originariamente ilegal/inválido ou não se dar por prorrogado a partir de 20 de Março de 1989, as pretensões deduzidas pelo Município da Lourinhã com fundamento em responsabilidade civil extracontratual ou em enriquecimento sem causa estarão sujeitas

6

Sérvulo & Associados | Sociedade de Advogados, RL

ao prazo de prescrição de 3 anos, que, mesmo no caso de factos continuados, pode, no plano jurídico, restringir significativamente o âmbito da indemnização/compensação exigível (no limite, embora em termos carecidos de confirmação jurídica, ao valor das captações efetuadas pelo Município de Peniche nos três anos anteriores à propositura da presente ação, a que acresceria, eventualmente, no caso de o Protocolo não ser considerado originariamente ilegal/inválido, o valor das captações efetuadas entre 1984 a 1989, abrangidas pelo prazo prescricional geral aplicável à responsabilidade contratual).

- b) Quanto às **pretensões deduzidas pelo Município de Peniche**, em sede de reconvenção, para a eventualidade de procedência das pretensões do Município da Lourinhã (pedido reconvenicional subsidiário), o Município da Lourinhã invocou a prescrição dos direitos subjacentes e o Município de Peniche reconheceu a operatividade dessa exceção em termos que podem determinar uma redução de €1.656,27 (montante dos custos suportados entre 1984 e 1989, ou seja, decorridos mais de 20 anos após a apresentação da reconvenção) na compensação exigível (que corresponderá, face a essa redução, ao valor global de €66.967,96).

Lisboa, 15 de março de 2018

Pela SÉRVULO

MARK KIRKBY

Sérvulo & Associados - Sociedade de Advogados, SP, RL

ZÓZIMO & M. LOURENÇO SROC, LDA.
(geral@azml.pt)

C/C:
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE PENICHE
Rua 13 de Infantaria, n.º 19
2520-256 Peniche

Lisboa, 3 de junho de 2020

Assunto: Relatório de Auditores
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE PENICHE

Ex.mos Senhores,

Na sequência dos V/ pedidos relativos ao MUNICÍPIO DE PENICHE e aos SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE PENICHE, vimos por este meio prestar a V. Exas. as seguintes informações:

1. A SÉRVULO & ASSOCIADOS representa o MUNICÍPIO DE PENICHE na ação administrativa correspondente ao Processo n.º 867/09.7BELSB, proposta pelo MUNICÍPIO DA LOURINHÃ contra o MUNICÍPIO DE PENICHE, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria – UO 1.

O MUNICÍPIO DA LOURINHÃ peticionou:

- a) A condenação do MUNICÍPIO DE PENICHE ao fornecimento de água, pelo período de 19 anos e pelo valor de caudal equivalente a 11+9 litros de água por segundo, num total de 12.156.480 m³; “Em alternativa”,

Sérvulo & Associados - Sociedade de Advogados, SP, RL

- b) A condenação do MUNICÍPIO de PENICHE a pagar-lhe a quantia de €3.282.249,60 (três milhões duzentos e oitenta e dois mil duzentos e quarenta e nove euros e sessenta cêntimos), correspondente, na sua perspetiva, ao valor do volume total de água acima indicado – 12.156.480 m³ –, aplicando-se o preço de €0,27 por m³.

O MUNICÍPIO DE PENICHE apresentou contestação, defendendo-se por exceção (*e.g.* invalidade originária do protocolo e da sua suposta prorrogação) e por impugnação, e apresentando reconvenção (pedindo a condenação do Município da Lourinhã no pagamento de €59.960,69 ou, subsidiariamente, no pagamento das quantias de €8.663,54 e de 59.960,69.

O MUNICÍPIO DA LOURINHÃ apresentou réplica, em que se defendeu das exceções invocadas, alterou os pedidos e causas de pedir e defendeu-se, por exceção e por impugnação, do pedido reconvenicional.

No quadro da alteração dos pedidos, o MUNICÍPIO DA LOURINHÃ peticiona:

- a) A condenação do MUNICÍPIO DE PENICHE ao fornecimento de água ao MUNICÍPIO DA LOURINHÃ, no cumprimento de um Protocolo celebrado no dia 20 de março de 1984, num total de 9.671.040 m³ correspondente ao volume total de água que o primeiro teria captado através dos Furos do Paço, para seu exclusivo proveito, entre 1984 e 2007;
- b) Para o caso de se entender que o MUNICÍPIO DE PENICHE apenas se encontra obrigado a fornecer valores de água correspondentes aos valores captados durante o período de vigência do Protocolo, entre 1984 e 1989, vem o MUNICÍPIO DA LOURINHÃ requerer a condenação daquele no fornecimento de água no valor total de 2.102.400 m³, bem como a condenação do mesmo no fornecimento da água que, entre 1989 e 2007, “subtraiu ilegitimamente ao A. através dos Furos do Paço, no montante de 7.568.640 m³ de água”;

2/5



Sérvulo & Associados: Sociedade de Advogados, SP, RL

- c) Para o caso de se considerar que o PROTOCOLO não é válido, vem o MUNICÍPIO DA LOURINHÃ requerer a condenação do MUNICÍPIO DE PENICHE a *“restituir a água que subtraiu ilegitimamente ao concelho da Lourinhã, através dos Furos do Paço, no valor global de 9.671.040 m³, correspondente à água que aquele fruiu sem legitimidade desde 1984 até 2007”*;
- d) Para o caso de o MUNICÍPIO DE PENICHE *“não se encontrar em condições de fornecer ao A. o volume total de água de 9.617.040 m³”*, vem o MUNICÍPIO DA LOURINHÃ requerer a condenação do mesmo no pagamento do valor correspondente, estimado, em €2.611.180,80 (dois milhões seiscientos e onze mil cento e oitenta euros e oitenta cêntimos), por aplicação do valor de 0,27 por m³ de água;
- e) Para o caso de se entender *“não ser possível a condenação do R. no pagamento do valor de 2.611.180,80€, pelo facto de tal pedido não ter apoio nos factos vertidos (na réplica)”*, vem o MUNICÍPIO DA LOURINHÃ requerer a condenação do MUNICÍPIO DE PENICHE no pagamento do referido valor, seja *“a título de indemnização, nos termos do disposto no artigo 482.º do CC, ou, assim não se entendendo, a título de enriquecimento sem causa, de harmonia com o disposto nos art.ºs 473.º e seguintes do CC”*.
- f) Para o caso de o contrato ser *“considerado inválido”*, refere ainda o MUNICÍPIO DA LOURINHÃ que *“há que considerar que o R. praticou o crime de furto ou o crime de apropriação ilegítima de coisa alheia que entrou na sua posse por erro provocado ao A. ou o crime de burla de forma continuada, ao subtrair água pertencente ao A. através dos Furos do Paço, previsto e punido no artigo 203.º do CP, senão desde 1984 até 1998, pelo menos, desde 1989 até 2007, uma vez que o fez à revelia do A. e sem qualquer acordo ou consentimento do A. que suportasse a subtracção de água ao MUNICÍPIO DA LOURINHÃ, devendo ser condenado a pagar ao A. o valor de € 2.611.180.80 a título indemnizatório”*.

Sérvio & Associados ; Sociedade de Advogados, SP, RL

O MUNICÍPIO DE PENICHE apresentou tréplica, em que se defendeu das exceções suscitadas na réplica e deduziu novas exceções aos pedidos alterados.

Em 24 de maio de 2016, o Tribunal proferiu um despacho conhecendo das exceções dilatórias e nulidades processuais suscitadas pelas partes e um despacho identificando o objeto do litígio e enunciando os temas da prova. O Tribunal relegou para final o julgamento de todas as exceções perentórias invocadas pelo MUNICÍPIO DE PENICHE por considerar não ter meios de prova suficientes para proceder ao seu julgamento imediato.

Nesse seguimento, as Partes foram convidadas a alterar os respectivos requerimentos de prova, aguardando-se os ulteriores termos do processo.

Por despacho de 2 de fevereiro de 2019 o Tribunal fixou o objeto da perícia a realizar. A perícia foi já realizada, correndo prazo para pedir esclarecimentos. Posteriormente terá lugar o remanescente da instrução do julgamento.

2. Esta sociedade de advogados não tem conhecimento de reclamações ou responsabilidades contingentes que, a 31 de dezembro de 2019, envolvam o MUNICÍPIO DE PENICHE ou os SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE PENICHE, assim como não detém quaisquer direitos, títulos ou outros bens da respetiva propriedade.

3. Esta sociedade de advogados não tem conhecimento, até 31 de dezembro de 2019, de qualquer direito, título ou bem propriedade MUNICÍPIO DE PENICHE ou os SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE PENICHE detidos pela mesma ou por outra entidade.

4. Acrescente-se, por fim, que, com referência a 31 de dezembro de 2019, o MUNICÍPIO DE PENICHE ou os SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE PENICHE não tinham importâncias em dívida para com esta sociedade de advogados.

AP
CA
4/5

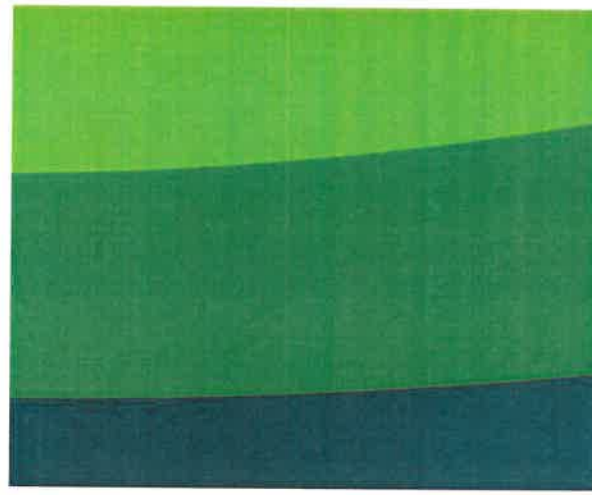
Sérvulo

Sérvulo & Associados | Sociedade de Advogados, SP, RL

Mantendo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional que V. Exas. entendam necessário, apresentamos os nossos melhores cumprimentos,

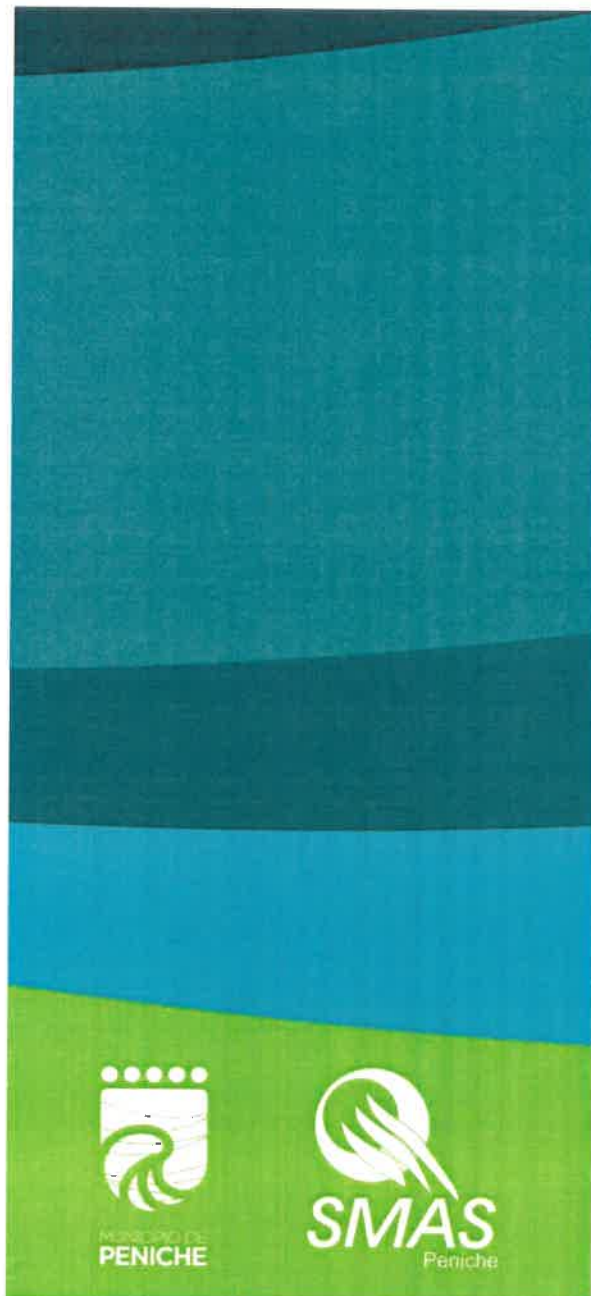
Duarte Rodrigues Silva
DUARTE RODRIGUES SILVA

GA. *FR* *AP*
B
MM
5/5



RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

ANO FINANCEIRO 2019



Handwritten signatures in blue ink:

- Top signature: G. [unclear] AP
- Middle signature: FJ
- Bottom signature: [unclear]

Índice

Introdução.....	2
Perímetro de Consolidação.....	3
Métodos de Consolidação.....	3
Análise do Balanço Consolidado	4
Análise da Demonstração de Resultados Consolidada	7
Análise dos Fluxos de Caixa Consolidados	13
Notas Finais.....	20
Factos relevantes ocorridos após o termo das contas.....	21

GA
AP
mm

Introdução

Os municípios perante as atribuições e competências cada vez mais amplas, têm recorrido a formas organizacionais diversas, nomeadamente de natureza empresarial.

Assim, uma visão global da situação financeira do grupo é prejudicada pela simples prestação de contas individuais de cada uma das entidades que o constituem, pelo que a análise individualizada dos documentos de prestação de contas e das atividades parcelarmente desenvolvidas, incluindo o município, não possibilita uma apreciação financeira integrada, firme, absoluta e completa, dificultando deste modo uma visão global do grupo, elementar para a tomada de decisão e a definição de estratégias.

A consolidação de contas nos municípios surge, assim, como um passo necessário para melhorar a informação contabilística prestada pela administração local.

A informação económico-financeira, resultante da consolidação de contas, facilita a tomada de decisão e respetivo controlo, por parte das entidades e do respetivo grupo municipal no que respeita ao cumprimento dos objetivos estabelecidos.

O Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) veio determinar, no n.º 1 do artigo 75.º, que os municípios “... *apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.*”.

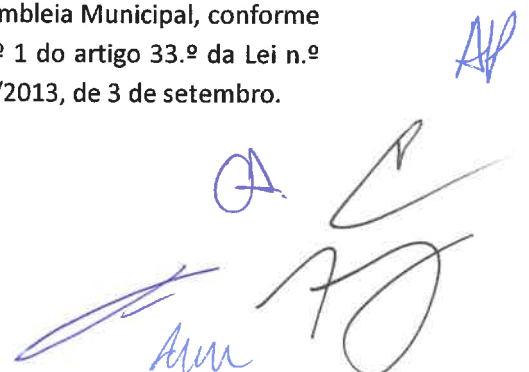
O n.º 8 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece que, os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas, são os definidos para as entidades do setor público administrativo.

Nesta linha de pensamento, já havia sido publicada, em 1 de julho de 2010, a Portaria n.º 474/2010, através da qual foi aprovada a Orientação n.º 1/2010 “*Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo*”.

Desta forma, conforme estabelecido no ponto 5.2 desta Orientação, os documentos de prestação de contas consolidadas incluem, para além das diversas demonstrações financeiras, o relatório de gestão consolidado.

A 28 de abril de 2011, o grupo SATAPOCAL emitiu um documento relativo à consolidação de contas pelos Municípios, com instruções de forma a aplicar este regime de forma coerente.

À semelhança do que acontece com as contas individuais das entidades constituintes deste grupo municipal, compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas consolidadas a submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, conforme estipulado na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º e na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.



Perímetro de Consolidação

De acordo com o estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com o disposto nos pontos 4 e 5 da Orientação n.º 1/2010, aprovada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de junho, o Grupo Público Municipal, para efeitos de elaboração das contas consolidadas, à data de 31 de dezembro do exercício económico a consolidar, abrange:

- Município de Peniche; e
- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Peniche.

O Município de Peniche é designado de entidade mãe ou entidade consolidante, enquanto os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Peniche são designados de entidade controlada ou consolidada.

Métodos de Consolidação

No processo de consolidação foi utilizado o método da simples agregação, dado que se verifica um efetivo controlo administrativo por parte da entidade consolidante (alínea a) do ponto 6.5, da Orientação n.º 1/2010, aprovada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de junho).

Este Método consiste na soma algébrica do balanço, da demonstração de resultados e dos fluxos de caixa dos SMAS, procedendo-se à eliminação dos saldos, transações, transferências e subsídios e dos resultados incorporados em ativos relativos a operações entre estes e o Município.



Análise do Balanço Consolidado

O Balanço Consolidado apresenta a situação do património do Grupo à data de encerramento do exercício de 2019, dando a conhecer o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica e o Passivo e Capital Próprio do Grupo, que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

A estrutura do ativo reparte-se em Imobilizado, ou ativo fixo, e em ativo circulante.

A estrutura do Passivo é repartida entre o Capital Próprio ou Fundos Próprios e o Passivo.

Descrição	Valores em Euros (€)	
	2018	2019
Imobilizado:		
Bens de domínio público	10 835 405,89	11 075 908,77
Imobilizações incorpóreas	626 768,87	2 267 290,19
Imobilizações corpóreas	36 266 860,20	37 841 460,08
Investimentos financeiros	1 167 605,50	1 207 605,50
Circulante:		
Existências	770 440,56	780 442,73
Dívidas de terceiros - Curto prazo:	1 418 266,78	6 870 895,25
Depósitos em instituições financeiras e Caixa	7 500 517,97	5 891 820,68
Acréscimos e diferimentos:	665 618,72	1 151 277,76
Total do Ativo	59 251 484,49	67 086 700,96
Fundos próprios		
Património	26 354 909,75	28 197 749,43
Reservas de reavaliação	1 205 680,67	1 205 680,67
Reservas:	8 476 064,83	8 588 303,64
Resultados transitados	109 926,32	517 686,45
Resultado líquido do exercício	1 939 831,24	740 781,08
Total dos Fundos Próprios	38 086 412,81	39 250 201,27
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos	4 986 301,39	4 529 162,08
Dívidas a terceiros - Curto Prazo	2 586 098,36	2 906 180,18
Acréscimos e diferimentos:	13 592 671,93	20 401 157,43
Total do passivo	21 165 071,68	27 836 499,69
Total dos fundos próprios e do passivo	59 251 484,49	67 086 700,96

O Balanço consolidado do grupo municipal evidencia um Ativo Líquido Total de 67.086.700,96€, constituído maioritariamente por ativos imobilizados, cujo valor ascende a 52.392.264,54€.

AP
CA
P
AJ
dm

Considerando o valor do ativo inscrito no balanço individual do Município de Peniche, podemos verificar que ressalta desde logo o peso e influência deste, enquanto entidade consolidante, no valor global do ativo consolidado do grupo, assumindo uma representatividade de cerca de 67% (44.833.562,79€).

Na estrutura dos Fundos Próprios consolidados, que representam, no final do exercício, 39.250.201,27€, a rubrica com mais peso é a do Património.

No que concerne à estrutura do Passivo, o valor de maior expressão é a rubrica de Acréscimos e Diferimentos, resultante do diferimento dos subsídios de investimento, sendo de destacar a obra de Recuperação do Fosso da Muralha, a Construção do Parque Urbano e Reabilitação da Prageira, a Construção do Centro Escolar de Atouguia da Baleia, a Construção da Barragem de São Domingos e a Remodelação da ETAR de Peniche cuja comparticipação por Fundos Comunitários no valor de 2.489.432,74€, 1.067.006,75€, 1.716.441,29€, 984.877,55€ e 5.938.942,67€, respetivamente, se encontra refletida no saldo de acréscimos e diferimentos.

No valor total de Dívidas a Terceiros de médio e longo prazos estão incluídos 4.212.964,15€ de empréstimos bancários. O valor remanescente de 316.197,93€ respeita a dívida a fornecedores com prazos de pagamento acordados, no qual se incluem os protocolos celebrados no âmbito do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES) e a dívida a entidades financeiras, referente a imobilizado adquirido através de locação financeira (uma viatura pesada com superestrutura de compactação de RSU 10M3, uma viatura 4X4, uma viatura Volvo FL 8250R equipada c/caixa de recolha de resíduos sólidos e uma retroescavadora JCB).

No montante de 2.906.180,18€ registado nas Dívidas a Terceiros de curto prazo está incluído o valor de 788.748,46€ de empréstimos de médio e longo prazo, exigíveis no curto prazo, bem como 106.337,96€ de locações financeiras.

A análise do Balanço permite efetuar algumas leituras sobre o desempenho financeiro do grupo.

As leituras que se seguem assentam na elaboração de alguns rácios financeiros.

Indicadores considerados

a) Autonomia Financeira (Fundos Próprios / Ativo Total Líquido)

Indica o grau de independência perante os credores.

Valores em Euros (€)

	2015	2016	2017	2018	2019
Capital Próprio	31 636 824	33 890 794	36 391 796	38 086 413	39 250 201
Activo Total Líquido	55 578 392	56 916 809	58 480 294	59 251 484	67 086 701
Autonomia Financeira	0,57	0,60	0,62	0,64	0,59

b) Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo)

Indica a capacidade do Grupo em solver a totalidade dos seus compromissos.

Valores em Euros (€)

	2015	2016	2017	2018	2019
Capital Próprio	31 636 824	33 890 794	36 391 796	38 086 413	39 250 201
Passivo	23 941 568	23 026 015	22 088 498	21 165 072	27 836 500
Solvabilidade	1,32	1,47	1,65	1,80	1,41

c) Liquidez

Avalia as maiores ou menores dificuldades de tesouraria.

Quando o indicador é inferior à unidade, revela algumas dificuldades de tesouraria

c 1) Liquidez Geral (Ativo Circulante / Passivo de Curto Prazo)

Valores em Euros (€)

	2015	2016	2017	2018	2019
Activo Circulante	6 740 579	8 371 422	8 155 730	9 689 225	13 543 159
Passivo Circulante (curto prazo)	2 343 148	2 456 138	2 355 032	2 586 098	2 906 180
Liquidez Geral	2,88	3,41	3,46	3,75	4,66

c 2) Liquidez Reduzida [(Ativo Circulante – Existências) / Passivo de Curto Prazo]

Valores em Euros (€)

	2015	2016	2017	2018	2019
Activo circulante - Existências	5 949 240	7 606 955	7 405 086	8 918 785	12 762 716
Passivo circulante (curto prazo)	2 343 148	2 456 138	2 355 032	2 586 098	2 906 180
Liquidez Reduzida	2,54	3,10	3,14	3,45	4,39

c 3) Liquidez Imediata (Disponibilidades / Passivo de Curto Prazo)

Valores em Euros (€)

	2015	2016	2017	2018	2019
Disponibilidades	4 987 315	6 722 991	6 243 630	7 500 518	5 891 821
Passivo circulante (curto prazo)	2 343 148	2 456 138	2 355 032	2 586 098	2 906 180
Liquidez Imediata	2,13	2,74	2,65	2,90	2,03

d) **Peso do Imobilizado**

Avalia a importância relativa do imobilizado no conjunto do ativo líquido do Grupo.

Valores em Euros (€)

	2015	2016	2017	2018	2019
Imobilizado Líquido	48 294 854	47 887 923	49 032 011	48 896 640	52 392 265
Ativo Total Líquido	55 578 392	56 916 809	58 480 294	59 251 484	67 086 701
Peso do imobilizado	0,87	0,84	0,84	0,83	0,78

e) **Endividamento**

Mede o peso dos capitais alheios no financiamento das atividades do Grupo.

Valores em Euros (€)

	2015	2016	2017	2018	2019
Passivo	23 941 568	23 026 015	22 088 498	21 165 072	27 836 500
Ativo Total Líquido	55 578 392	56 916 809	58 480 294	59 251 484	67 086 701
Endividamento	0,43	0,40	0,38	0,36	0,41

f) **Estrutura de Endividamento**

Mede o peso do endividamento de MLP no Passivo Total do Grupo.

Valores em Euros (€)

	2015	2016	2017	2018	2019
Dívidas MLP	6 748 490	6 400 926	5 565 807	4 986 301	4 529 162
Passivo	23 941 568	23 026 015	22 088 498	21 165 072	27 836 500
Estrutura de Endividamento	0,28	0,28	0,25	0,24	0,16

Análise da Demonstração de Resultados Consolidada

A Demonstração de Resultados Consolidada coloca em evidência os resultados alcançados pelo Grupo Público Municipal, através do confronto dos proveitos e dos custos ocorridos durante a gestão em análise.

Da sua análise podemos retirar informação sobre a importância assumida por cada um dos componentes na formação do Resultado Líquido do Exercício.

CA. AP



Com a Demonstração de Resultados Consolidada pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prever a capacidade do Grupo Municipal em gerar fluxos de caixa.

Código de Contas		Exercício			
		2019		2018	
	Custos e perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	1 127 676,81		1 058 361,16	
	Matérias	1 501 194,22	2 628 871,03	1 247 619,82	2 305 980,98
62	Fornecimentos e serviços externos:		6 472 985,30		5 677 385,24
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	6 746 782,05		6 109 901,83	
643 a 648	Encargos sociais	2 107 281,89	8 854 063,94	1 759 247,68	7 869 149,51
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		1 949 194,38		1 727 413,85
66	Amortizações do exercício		3 082 531,27		3 026 305,45
67	Provisões do exercício		138 617,17		33 515,91
65	Outros custos operacionais		397 871,56		289 873,76
	(A)		23 524 134,65		20 929 624,70
68	Custos e perdas financeiros		93 328,11		102 930,77
	(C)		23 617 462,76		21 032 555,47
69	Custos e perdas extraordinários		736 890,90		98 634,21
	(E)		24 354 353,66		21 131 189,68
88	Resultado líquido do exercício.....		740 781,08		2 438 552,64
			25 095 134,74		23 569 742,32
	Proveitos e ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Venda de mercadorias	9 304,31		6 743,63	
7112+7113	Venda de produtos	2 125 610,61		1 900 496,13	
712	Prestações de serviços	7 743 430,41	9 878 345,33	7 181 833,90	9 089 073,66
72	Impostos e taxas		7 265 024,13		6 719 080,95
(a)	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade		536 001,45		365 411,79
73	Proveitos suplementares		67 498,68		61 376,51
74	Transferências e subsídios obtidos		6 216 667,60		5 691 694,60
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		11 098,80		11 098,80
	(B)		23 974 635,99		21 937 736,31
78	Proveitos e ganhos financeiros		6 536,90		22 310,64
	(D)		23 981 172,89		21 960 046,95
79	Proveitos extraordinários		1 113 961,85		1 110 973,97
	(F)		25 095 134,74		23 071 020,92

CA
AP
Mun

Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)	450 501,34	1 008 111,61
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	-86 791,21	-80 620,13
	Resultados Correntes: (D - C)	363 710,13	927 491,48
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)	740 781,08	1 939 831,24

O Grupo Público Municipal consolidado apresenta em 2019 um resultado líquido de 740.781,08€, uma vez que o total apurado dos custos e perdas (24.354.353,66€) é inferior ao total apurado dos proveitos e ganhos (25.095.134,74€).

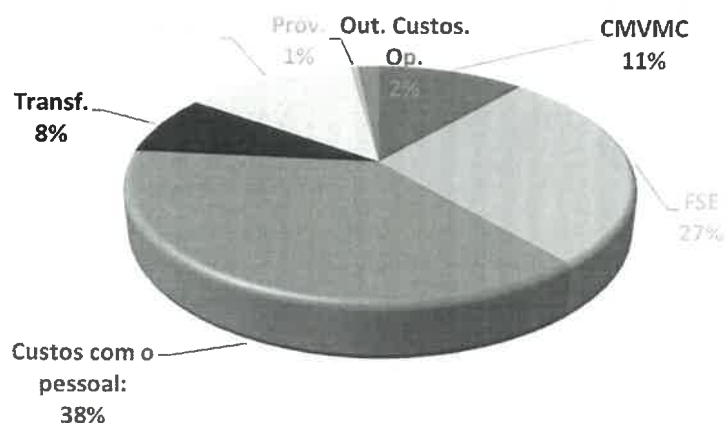
O Resultado Líquido do Exercício é influenciado pelo montante das amortizações do exercício, que ascendem a 3.082.531,27€ e que dizem respeito a custos não desembolsáveis, ou seja, não representam saídas de fundos.

As amortizações representam a perda de valor dos equipamentos no tempo, devido ao uso e desgaste dos mesmos, ou seja, o imobilizado, cuja vida útil para o Grupo Público Municipal ultrapassa um exercício, não vê o seu custo levado unicamente ao exercício em que é adquirido, mas sim, mediante a sua utilização em cada exercício, na forma de amortização.



Resultados Operacionais

Custos e Perdas Operacionais



Os resultados operacionais são os que têm maior peso na constituição do Resultado Líquido do Exercício.

Os custos com o pessoal são os que têm maior peso na estrutura de custos operacionais, representando 37,64% dos mesmos. Os custos com aquisição de serviços constituem o segundo maior grupo, e representam 27,52% dos custos operacionais.

Proveitos e Ganhos Operacionais



Do lado dos proveitos e ganhos operacionais há que salientar o peso que a venda de bens e serviços (41,20%), os impostos municipais (30,30%) e as transferências do Orçamento do Estado

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "AP" and "MMA".

(25,93%) assumem no total dos proveitos operacionais, que correspondem a 95,54% dos proveitos totais.

Indicadores de gestão:

- a) **Peso das despesas com pessoal (Custos com Pessoal/Total de Custos)**
Mede o peso dos custos com pessoal no total dos custos do Grupo.

Valores em Euros (€)

	2015	2016	2017	2018	2019
Custos com Pessoal	7 236 054	7 152 116	7 544 810	7 869 150	8 854 064
Total de Custos	21 548 450	20 602 357	21 720 196	21 131 190	24 354 354
Peso das Despesas com Pessoal	0,34	0,35	0,35	0,37	0,36

- b) **Peso das Transferências e Subsídios Correntes (Transf. Subs. Correntes/Total de Custos)**
Mede o peso das Transferências e Subsídios Correntes no total dos custos do Grupo.

Valores em Euros (€)

	2015	2016	2017	2018	2019
Transf.Subs.Correntes	1 587 172	1 554 714	1 871 679	1 727 414	1 949 194
Total de Custos	21 548 450	20 602 357	21 720 196	21 131 190	24 354 354
Peso das Transferências e Subsídios Correntes	0,07	0,08	0,09	0,08	0,08

- c) **Peso dos FSE (FSE/Total de Custos)**
Mede o peso dos Fornecimentos e Serviços Externos no total dos custos do Grupo.

Valores em Euros (€)

	2015	2016	2017	2018	2019
FSE	4 977 994	5 367 281	5 577 824	5 677 385	6 472 985
Total de Custos	21 548 450	20 602 357	21 720 196	21 131 190	24 354 354
Peso dos FSE	0,23	0,26	0,26	0,27	0,27

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "AP" and "MMA".

- d) **Peso das Amortizações (Amortizações Exercício/Total de Custos)**
Mede o peso das Amortizações no total dos custos do Grupo.

Valores em Euros (€)

	2015	2016	2017	2018	2019
Amortizações do Exercício	3 130 945	3 155 037	3 101 294	3 026 305	3 082 531
Total de Custos	21 548 450	20 602 357	21 720 196	21 131 190	24 354 354
Peso das Amortizações	0,15	0,15	0,14	0,14	0,13

- e) **Peso dos Custos Financeiros (Custos Financeiros/Total de Custos)**
Mede o peso dos Custos Financeiros no total dos custos do Grupo.

Valores em Euros (€)

	2015	2016	2017	2018	2019
Custos Financeiros	121 294	112 681	101 027	102 931	93 328
Total de Custos	21 548 450	20 602 357	21 720 196	21 131 190	24 354 354
Peso dos Custos Financeiros	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00

- f) **Peso das Vendas e Prestações de Serviços (Vendas e Prest. Serv./Total de Proveitos)**
Mede o peso das Vendas e Prestações de Serviços no total dos proveitos do Grupo.

Valores em Euros (€)

	2015	2016	2017	2018	2019
Vendas e Prest. Serviços	9 219 228	9 618 635	9 458 005	9 089 074	9 878 345
Total de Proveitos	23 053 983	22 744 019	24 158 749	23 071 021	25 095 135
Peso das Vendas e Prestações de Serviços	0,40	0,42	0,39	0,39	0,39

- g) **Peso dos Impostos e Taxas (Impostos e Taxas/Total de Proveitos)**
Mede o peso dos Impostos e Taxas no total dos proveitos do Grupo.

Valores em Euros (€)

	2015	2016	2017	2018	2019
Impostos e Taxas	5 894 142	5 806 863	6 636 315	6 719 081	7 265 024
Total de Proveitos	23 053 983	22 744 019	24 158 749	23 071 021	25 095 135
Peso dos Impostos e Taxas	0,26	0,26	0,27	0,29	0,29

GA.
AP
Man

h) **Peso das Transferências e Subsídios Obtidos (Transferências, Subsídios Obtidos/Total de Proveitos)**

Mede o peso das Transferências e Subsídios Obtidos no total dos proveitos do Grupo.

Valores em Euros (€)

	2015	2016	2017	2018	2019
Transf.Subs.Obtidos	5 509 799	5 347 288	5 874 274	5 691 695	6 216 668
Total de Proveitos	23 053 983	22 744 019	24 158 749	23 071 021	25 095 135
Peso das Transferências e Subsídios Obtidos	0,24	0,24	0,24	0,25	0,25

Análise dos Fluxos de Caixa Consolidados

No que diz respeito aos Fluxos de Caixa, são apresentados alguns rácios de análise orçamental. Estes rácios, assentam na relação entre pagamentos e recebimentos, pelo que as conclusões a retirar dos indicadores a seguir apresentados deverão ter em conta este fator.

Resumo da Execução Orçamental por Capítulo e Agrupamento

Valores em Euros (€)

DESIGNAÇÃO		VALORES		DESIGNAÇÃO		VALORES	
RECEITA CORRENTE		2019	%	DESPESA CORRENTE		2019	%
Saldo da Gerência Anterior		6 996 972	21,29%				
01	Impostos diretos	6 697 849	20,38%	01	Despesas com o pessoal	8 675 864	26,40%
02	Impostos indiretos	278 695	0,85%	02	Aquisição de bens e serviços	8 918 526	27,14%
04	Taxas, multas e outras penalidades	4 445 189	13,53%	03	Juros e outros encargos	83 966	0,26%
05	Rendimentos da propriedade	974 755	2,97%	04	Transferências correntes	1 943 832	5,92%
06	Transferências correntes	5 207 499	15,85%	05	Subsídios	1 800	0,01%
07	Venda de bens e serviços correntes	5 077 831	15,45%	06	Outras despesas correntes	518 270	1,58%
08	Outras receitas correntes	71 343	0,22%				
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES		22 753 159	69,25%	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES		20 142 257	61,30%
RECEITA DE CAPITAL		VALORES		DESPESA DE CAPITAL		VALORES	
09	Venda de bens de investimento	6 805	0,02%	07	Aquisição de bens de capital	6 254 167	19,03%
10	Transferências de capital	2 486 299	7,57%	08	Transferências de capital	243 764	0,74%
11	Activos financeiros	0	0,00%	09	Activos financeiros	96 325	0,29%
12	Passivos financeiros	604 407	1,84%	10	Passivos financeiros	785 285	2,39%
13	Outras receitas de capital	0	0,00%	11	Outras despesas de capital	14 330	0,04%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL		3 097 511	9,43%	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL		7 393 871	22,50%

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'AP', 'JA', and a large signature at the bottom right.

15 Reposições não abatidas nos pagamentos	10 632				
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS	10 632	0,03%	TOTAL DE OUTRAS DESPESAS	0	0,00%
TOTAL DAS RECEITAS	25 861 303		TOTAL DAS DESPESAS	27 536 128	
			Saldo para a Gerência Seguinte	5 322 147	16,20%
TOTAL	32 858 275		TOTAL	32 858 275	

Estrutura da Receita Cobrada

	2015	2016	2017	2018	2019
Receitas Correntes	93,99%	93,69%	93,77%	93,50%	88,02%
Receitas de Capital	6,01%	6,31%	6,23%	6,50%	11,98%

A receita cobrada em 2019 é composta por 88,02% de receitas correntes e 11,98% de receitas de capital. A cobrança de receita de capital está muito dependente do nível de execução de investimento participado através de fundos comunitários, protocolos, contratos-programa, financiamento bancário e venda de património.

Estrutura das despesas (pagamentos) efetuadas

	2015	2016	2017	2018	2019
Despesas Correntes	80,18%	81,63%	77,25%	82,10%	73,15%
Despesas de Capital	19,82%	18,37%	22,75%	17,90%	26,85%

A estrutura de pagamentos é normalmente semelhante à estrutura de receitas cobradas, considerando que se está a analisar pagamentos e recebimentos. No entanto, a relação direta entre corrente e capital, sendo desejável que se verifique o equilíbrio, depende da forma como o saldo da gerência anterior é utilizado, ou seja, o tipo de pagamentos que são realizados com este saldo.

Como se pode verificar pelo quadro seguinte, verifica-se o princípio de equilíbrio.

	Valores em Euros (€)		
	Receita	Despesa	Utiliz.
Saldo da gerência anterior	6 996 971,97		
Corrente	22 753 159,41	20 142 257,22	2 610 902,19
Capital	3 097 511,24	7 393 870,57	-4 296 359,33
Outras	10 632,38		
Saldo da gerência	5 322 147,21		

G. AP

70 e
Mun

Rácios sobre o grau de cobertura das despesas

Cobertura das Despesas pelas Receitas

Este rácio tem como objetivo medir a capacidade do Grupo Municipal em dar resposta aos compromissos assumidos. No entanto, considerando que o que está em análise são pagamentos e recebimentos a tendência é para estar acima dos cem por cento.

	2015	2016	2017	2018	2019
Receita Total / Despesa Total	121,19%	130,02%	125,19%	131,23%	119,33%

Peso das Despesas Correntes nas Receitas Correntes

Valores em Euros (€)

	2015	2016	2017	2018	2019
Receitas Correntes	20 956 746	21 053 885	21 075 624	22 085 308	22 763 792
Despesas Correntes	17 147 069	16 952 025	17 715 573	18 391 817	20 142 257
D. Correntes / R. Correntes	81,82%	80,52%	84,06%	83,28%	88,48%

Peso das Despesas de Capital nas Receitas de Capital

Valores em Euros (€)

	2015	2016	2017	2018	2019
Receitas de Capital	1 339 401	1 417 598	1 399 964	1 536 264	3 097 511
Despesas de Capital	4 238 550	3 815 345	5 217 886	4 010 246	7 393 871
D. Capital / R. Capital	316,45%	269,14%	372,14%	261,04%	238,70%

Rácios de estrutura das receitas

Receita Própria / Receita Total

Conceitos:

Receita própria = Receitas controladas diretamente pelo Município.

Receita Própria = Impostos Indiretos + Taxas, Multas e Outras Penalidades + Rendimento de Propriedade + Venda de Bens e Prestações de Serviços Correntes + Outras Receitas Correntes

GA. AP
C
FJ
M.M.

Valores em
Euros (€)

RECEITA PRÓPRIA	2015	2016	2017	2018	2019
02 Impostos indiretos	67 631	196 255	241 715	152 129	278 695
04 Taxas, multas e outras penalidades	3 644 225	4 165 576	3 873 323	4 324 345	4 445 189
05 Rendimentos da propriedade	978 399	983 204	962 037	959 692	974 755
07 Venda de bens e serviços correntes	5 177 642	5 161 286	4 460 434	4 894 816	5 077 831
08 Outras receitas correntes	126 220	104 581	10 949	32 221	71 343
TOTAL RECEITA PRÓPRIA	9 994 118	10 610 903	9 548 458	10 363 202	10 847 812
RECEITA TOTAL	22 296 146	22 471 483	22 475 589	23 621 572	25 861 303
RECEITA PRÓPRIA / RECEITA TOTAL	44,82%	47,22%	42,48%	43,87%	41,95%

Receita Interna / Receita Total

Conceitos:

Receita Interna = Receita que não depende dos financiamentos externos, inclusivamente dos que são obtidos através de empréstimos.

Receita Interna = Receita Total – Passivos Financeiros – (Transferências Correntes – Transferências de Fundos Municipais Correntes) – (Transferências de Capital – Transferências de Fundos Municipais de Capital)

	2015	2016	2017	2018	2019
RECEITA TOTAL	22 296 146	22 471 483	22 475 589	23 621 572	25 861 303
06 Transferências correntes a)	890 883	480 539	841 021	509 561	644 197
10 Transferências de capital a)	574 742	367 784	849 381	360 676	1 765 916
12 Passivos financeiros	398 659	683 805	105 259	785 334	604 407
	1 864 285	1 532 127	1 795 660	1 655 571	3 014 521
TOTAL RECEITA INTERNA	20 431 861	20 939 355	20 679 928	21 966 001	22 846 782
RECEITA INTERNA / RECEITA TOTAL	91,64%	93,18%	92,01%	92,99%	88,34%

a) Exclui Transferências de Fundos Municipais

Peso dos Impostos Diretos sobre Receita Total

Valores em Euros
(€)

IMPOSTOS DIRECTOS	2015	2016	2017	2018	2019
IMI	4 153 433	3 843 507	3 737 288	3 977 199	3 974 866
IUC	548 577	551 092	587 692	628 858	650 010
IMT	808 604	862 359	1 475 120	1 549 209	1 838 595
Derrama	124 622	203 352	243 088	267 860	234 378
TOTAL	5 635 236	5 460 310	6 043 188	6 423 125	6 697 849

RECEITAS TOTAIS	2015	2016	2017	2018	2019
	22 296 146	22 471 483	22 475 589	23 621 572	25 861 303

Impostos Diretos / Receitas Totais	2015	2016	2017	2018	2019
	25,27%	24,30%	26,89%	27,19%	25,90%

A estrutura dos impostos diretos assume 25,90% da receita total.

Fundos Municipais Correntes e de Capital / Receita Total

Valores em Euros
(€)

FUNDOS MUNICIPAIS	2015	2016	2017	2018	2019
FM CORRENTE	4 429 571	4 482 565	4 598 383	4 671 407	4 563 302
FM CAPITAL	343 859	349 446	372 667	374 209	720 383
TOTAL DOS FUNDOS MUNICIPAIS	4 773 430	4 832 011	4 971 050	5 045 616	5 283 685
RECEITA TOTAL	22 296 146	22 471 483	22 475 589	23 621 572	25 861 303
FM / RECEITA TOTAL	21,41%	21,50%	22,12%	21,36%	20,43%

Este rácio permite avaliar a dependência do Grupo Municipal em relação aos Fundos Municipais.

Passivos Financeiros / Receita Total

Valores em Euros (€)

	2015	2016	2017	2018	2019
PASSIVOS FINANCEIROS	398 659	683 805	105 259	785 334	604 407
RECEITA TOTAL	22 296 146	22 471 483	22 475 589	23 621 572	25 861 303
PASSIVOS FINANCEIROS / RECEITA TOTAL	1,79%	3,04%	0,47%	3,32%	2,34%

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "AP", "G.", "C", and "N.M."

Em termos de receita, o peso dos passivos financeiros depende da existência de empréstimos em período de utilização.

Rácios sobre a Estrutura da Despesa

No que diz respeito à despesa, serão analisados indicadores ao nível dos pagamentos.

Despesa Básica / Despesa Total

Conceitos:

Despesa Básica = Despesa que possui um carácter mais ou menos fixo, independentemente do volume de atividade.

Despesa Básica = Pessoal + Transferências Correntes e de Capital + Serviço da Dívida

	Valores em Euros (€)				
DESPESA BÁSICA	2015	2016	2017	2018	2019
01 - Despesas com pessoal	7 276 625	7 092 971	7 480 518	7 786 317	8 675 864
03 - Encargos correntes da dívida	107 066	96 925	92 411	87 372	83 966
04 - Transferências correntes	1 327 756	1 571 648	1 891 864	1 698 947	1 943 832
08 - Transferências de capital	250 194	347 345	444 595	226 558	243 764
10 - Passivos financeiros	812 863	834 851	864 932	804 924	785 285
TOTAL DA DESPESA BÁSICA	9 774 504	9 943 740	10 774 319	10 604 118	11 732 711
TOTAL DA DESPESA	21 385 618	20 767 370	22 933 459	22 402 063	27 536 128
DESPESA BÁSICA / DESPESA TOTAL	45,71%	47,88%	46,98%	47,34%	42,61%

Em termos gerais, o peso da despesa básica na despesa total é de 42,61%.

Despesas com Pessoal

DESPESA BÁSICA	Valores em Euros (€)				
	2015	2016	2017	2018	2019
01 - Despesas com pessoal	7 276 625	7 092 971	7 480 518	7 786 317	8 675 864
Despesa Corrente	17 147 069	16 952 025	17 715 573	18 391 817	20 142 257
PESSOAL / DESPESA CORRENTE	42,44%	41,84%	42,23%	42,34%	43,07%
Despesa Total	21 385 618	20 767 370	22 933 459	22 402 063	27 536 128
PESSOAL / DESPESA TOTAL	34,03%	34,15%	32,62%	34,76%	31,51%
Receita Corrente	20 956 746	21 053 885	21 075 624	22 085 308	22 763 792
PESSOAL / RECEITA CORRENTE	34,72%	33,69%	35,49%	35,26%	38,11%

Aquisição de Bens e Serviços / Despesa

	Valores em Euros (€)				
	2015	2016	2017	2018	2019
02 - Aquisição de bens e prestação de serviços	7 928 076	7 936 717	7 913 819	8 234 501	8 918 526
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	17 147 069	16 952 025	17 715 573	18 391 817	20 142 257
BENS E SERVIÇOS / DESPESA CORRENTE	46,24%	46,82%	44,67%	44,77%	44,28%
TOTAL DA DESPESA	21 385 618	20 767 370	22 933 459	22 402 063	27 536 128
BENS E SERVIÇOS / DESPESA TOTAL	37,07%	38,22%	34,51%	36,76%	32,39%

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "CA", "AP", "AJ", and "M.M.M."

Notas Finais

A descrição das atividades mais relevantes de 2019, bem como o enquadramento das mesmas, encontram-se pormenorizadas nas prestações de contas e respetivos relatórios de gestão das entidades constituintes do Grupo Municipal (Município de Peniche e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Peniche).

As contas individuais e respetivos relatórios foram aprovados em reunião de Câmara de 01 de junho de 2020 (Prestação de Contas do Município de Peniche e Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Peniche) e apreciadas pelo órgão deliberativo em reunião de 19 de junho de 2020.

Resumo dos principais indicadores

A - Controlo orçamental da despesa:

- Despesa paga 27.536.127,79 €

B – Controlo orçamental da receita:

- Receita cobrada 25.861.303,03 €

C – Balanço:

- Total do Ativo Líquido 67.086.700,96 €

- Total dos Fundos Próprios 39.250.201,27 €

- Total do Passivo 27.836.499,69 €

D – Demonstração de resultados:

- Total de Custos e Perdas 24.354.353,66 €

- Total dos Proveitos e Ganhos 25.095.134,74 €

- Resultado Líquido do Exercício 740.781,08 €

E – Fluxos de caixa:

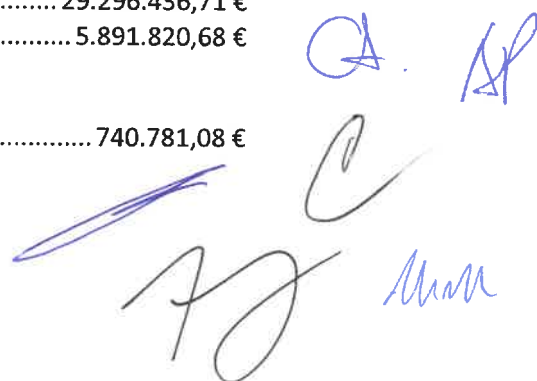
- Saldo inicial 7.513.674,29 €

- Total dos recebimentos 27.674.583,10 €

- Total dos pagamentos 29.296.436,71 €

- Saldo final 5.891.820,68 €

F – Resultado líquido do exercício: 740.781,08 €



Factos relevantes ocorridos após o termo das contas

Após o termo das contas não foram detetados factos relevantes que possam influenciar a informação contabilística prestada.



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature on the left, a signature with a circle around the first letter in the top right, and another signature in the bottom right.